ROTEIRO ECONÔMICO DA GEOGRAFIA CEARENSE

JOSÉ DENIZARD MACÊDO DE ALCÂNTARA

O inventário completo da bibliografia geográfica cearense comporta não sòmente o rol dos autores e estudiosos com os seus trabalhos a respeito do Ceará — seu território e comunidade humana — quer sejam êles naturais ou alienígenas, como também os que trataram de assuntos pertinentes à geografia de outras paragens e aqui estejam vinculados pelo berço.

Um levantamento dessa ordem, de larga incidência, permitiria o conhecimento exato do que tem sido a contribuição cearense no campo geográfico como qual tenha sido o roteiro da geografia estadual, para não dizermos regional, desde que ela se insere no plano mais vasto da Geografia do Polígono das Sêcas e do Nordeste, oferecendo-nos as características marcantes, as tendências e diretrizes que têm predominado na pesquisa geográfica levada a efeito nessa circunscrição científica das nossas manifestações intelectuais, evidenciando os profundos liames que a prendem às condições específicas e contigentes da terra e da gente do Ceará e de sua problemática em face de qualquer projetamento macro-econômico.

1 — ECONOMIA E GEOGRAFIA

Ora, como já expusemos alhures (1), a Geografia Econômica constitui no quadro do conhecimento científico

---

(1) — JOSÉ DENIZARD MACÊDO DE ALCÂNTARA — **Interpretação Géo-Econômica do Brasil Oriental**, na «Revista Brasileira dos Municípios», nº 34 — 1956 — p. 111.

contemporâneo um ramo fecundo da Geografia Humana e é categorizada como um dos mais importantes setores desta disciplina.

Tomando-se por base o conceito clássico dado à Geografia Geral por Martonne (2), no Congresso de Paris, em 1923, poder-se-ia definir a Geografia Econômica como sendo **o estudo da distribuição dos fenômenos econômicos na superfície da Terra e das causas que explicam esta distribuição, à luz das influências do meio natural.**

É conclusivo que a repartição e diferenciação dos fenômenos econômicos na face do planêta são, em última análise, o fruto da diversificação e intensidade com que atuam as condições ambienciais do meio natural, da paisagem física ou geográfica, combinadas com os fatôres culturais e humanos das populações interessadas no conjunto das atividades que objetivam o trato das riquezas.

A própria Economia Política proclama a intervenção dos fatôres geográficos no processo econômico, quando, enumerando os **fatôres da produção,** assinala ao lado do Trabalho e do Capital o papel desempenhado pela Natureza, nos múltiplos aspectos do clima, do solo e subsolo, das fôrças motrizes naturais ou da situação geográfica e topográfica (3).

Com efeito, os grupos humanos, quando procuram satisfazer às suas necessidades fundamentais de **habitação, alimentação** e **vestuário** ou outras de valor secundário e terciário, não conseguem fugir ao impacto das condições naturais que os rodeiam, tanto mais decisivas na sua influência quanto mais reduzido seja o seu padrão de civilização — pois esta, do ponto de vista geográfico, representa, na mais ampla acepção, o domínio progressivo da humanidade sôbre as limitações naturais (4), hereditárias ou ambienciais.

O homem não civilizado é um servo das condições físicas do ambiente, enquanto o homem civilizado, tendo conquistado o conhecimento destas condições físicas, logra ou se subtrair a elas numa certa medida ou dominá-las e utilizá-las,

(2) — EMM. DE MARTONNE — **Traité de Géographie Physique** — Librairie Armand Colin — Paris — 1948 — p. 24.

(3) — LUIZ SUCUPIRA — **Programa de Economia Política** — Livraria do Globo — Pôrto Alegre — 1940 — p. 30/33.

(4) — DELGADO DE CARVALHO — **Geographia Humana** — Companhia Editôra Nacional — S. Paulo — 1938 — p. 27.

segundo o preceito de Bacon que o homem só consegue vencer a natureza pelo conhecimento e obediência às leis que a regem.

Vem a propósito, para melhor aclarar o debate, recordar a distinção que alguns estabelecem entre **cultura** e **civilização**, diferenciados os dois conceitos à luz da capacidade modeladora do ambiente natural ou geográfico. "Aquilo que a natureza exterior moldou na vida dos grupos humanos pela influência do meio exprimiria a cultura, que seria assim uma **naturalização do homem**, uma integração do homem no meio natural, uma função natural. Corresponderia àquela série de fenômenos assinalados pela antropogeografia determinista de Ratzel e os povos que estivessem nesse estágio seriam os povos naturais — os **naturvolker** — os bárbaros, os selvagens, o **naturmensch** — da escola alemã de etnografia. Quando os grupos humanos, porém, logram superar o meio, exprimindo o seu domínio sôbre o ambiente natural, efetivando um processo de **humanização da natureza** pela submissão desta à sua técnica, criando um clima e um padrão de vida que independem das fôrças ambienciais, teríamos então a civilização. Esta expressaria o conjunto de fenômenos indicados mais pelo possibilismo geográfico da escola francesa de Vidal de la Blache, da geografia humana, uma função humana, e os povos que atingissem êsse nível seriam os povos civilizados — os **kulturvolker**, o **kulturmensch** dos mestres tedescos" (5).

Seja qual fôr o ângulo da questão, o certo, porém, é que a Natureza se compraz em condicionar não sòmente as fases primárias da produção e circulação das riquezas, diretamente, como através dessas duas etapas básicas da economia atinge às fases secundárias do consumo e da repartição dos réditos auferidos da riqueza comum, cuja dinâmica é analisada pela Contabilidade Social.

Verifica-se assim que as atividades produtivas e circulatórias são aquelas que mais de perto sofrem as contingências geográficas, entendida a circulação no que tange mais ao deslocamento espacial das riquezas pelas vias e meios de transporte que pela tradição da troca mercantil, do comércio.

O quadro da produção é, então, profundamente vinculado aos fatôres geográficos, quer nos fatos da **economia destrutiva**

(5) — JOSÉ DENIZARD MACÊDO DE ALCANTARA — **Cultura e Universidade** — Imprensa Universitária do Ceará — 1957 — p. 14.

(mineração, coleta, extração vegetal, caça e pesca), a que aludia Jean Brunhes (6), os quais traduzem um estágio cultural mais elementar da vida econômica, quer nos fatos que apelidamos de **economia racional** (utilização das fôrças motrizes naturais, lavoura, pecuária, indústria), reveladores de um processo cultural e civilizador mais avançado e desenvolvido.

De qualquer modo, porém, os fatos econômicos se ressentem da intervenção das condições naturais do meio e das condições culturais do grupo humano que os efetiva ou realiza, sendo assim uma função dependente de duas variáveis correlatas, a natureza do meio e a cultura do grupo social. Em uma palavra, a Geografia Física e a Geografia Humana, subsidiada esta pela hodierna Antropologia Econômica (7), explicam e aclaram os fundamentos da Geografia Econômica.

Ora, essas duas condições básicas — meio natural, físico ou geográfico e meio cultural, social ou humano — não se manifestam inalteráveis nas várias latitudes do globo terrestre. Pelo contrário, a divergência de aspectos é a norma geral e imperativa, gerando ambientes geográficos e paisagens humanas inteiramente distintos nos quadrantes do planêta terráqueo, sendo então evidente que os fatos econômicos acompanham proporcionalmente esta diversificação mesológica ou ecológica. Ambientes geográficos e culturais distintos produzem zonas econômicas diferentes, as **secções econômicas** referidas por F. J. Turner (1861-1932). Tem-se dito que a geografia é o estudo das regiões: a Geografia Econômica seria então o estudo das regiões na medida em que elas determinam uma repartição diferenciada dos fenômenos econômicos.

2 — SÚMULA FISIOGRÁFICA DO CEARÁ

O espaço cearense se assemelha a um vasto anfiteatro, localizado no tôpo do Polígono das Sêcas: cêrca de 148.591 km2., ocupados hoje por mais de 3.000.000 de habitantes, estão inseridos entre o litoral atlântico, ao Norte, e a Chapada

(6) — JEAN BRUNHES — **La Geographie Humaine** — Presses Universitaires de France — Paris — 1947.

(7) — MELVILLE J. HERSKOVITS — **Antropologia Econômica** — Fundo de Cultura Econômica — Buenos Aires.

do Araripe, ao Sul, enquadrando-se ao Oeste pela Chapada da Ibiapaba e pequenas elevações meridionais que separam as águas do Piauí, ao Leste fronteirado pela Chapada do Apodi e o divisor de águas da Paraíba.

Na formação geológica constata-se a completa predominância da Era Arqueozóica (Arqueano), correspondente a 75,35% da área total do Estado, seguindo-se as formações da Era Mesozóica (Cretáceo), com 11,25%, as da Era Cenozóica (Neogêneo e Quaternário), com 8,69% e, em pequena extensão, as formações da Era Proterozóica (Algonquiano), com 4,71% (8).

Um repasse sucinto oferece o quadro de sua evolução geológica: constituído o embasamento cristalino, denominado por Branner de **Complexo Brasileiro** (9), as transgressões marinhas viriam recobri-lo posteriormente de um vasto chapadão sedimentar, sobretudo de arenitos cretáceos, assim definidos pela presença de fósseis do gênero **Calamopleurus**, "encontrado no cretáceo superior da Inglaterra e dos Estados Unidos (Colorado e México)" (10).

Dada a regressão marinha, inicia-se o trabalho dos agentes de erosão que removem quase totalmente o antigo chapadão sedimentar, restando pequenas chapadas isoladas, que testemunham uma antiga superfície de maior altitude, como o Araripe e o Apodi, as **buttes-témoins.** Já a Chapada da Ibiapaba é uma **cuesta** das camadas permianas do Piauí, cujo bordo oriental descamba para o Ceará.

Redescoberto o escudo cristalino, os agentes de erosão terminam por reduzi-lo a um peneplano, na designação de Johnson, onde emergem os relevos residuais de pequenas serras cujas rochas mais resistentes (granitos, sienitos e quartzitos) à erosão permitem o seu alteamento sôbre o nível da peneplanície circunvizinha, formando um belo exemplo dos **monadnocks** de Davis (11). Registrem-se mais os pequenos trechos algonquianos que constituem a chamada série Ceará,

(8) — I.B.G.E. — **Sinopse Estatística do Ceará** — nº 3 — 1940 — p. 4.

(9) — J. C. BRANNER — **Resumo da Geologia do Brasil para Acompanhar o Mapa Geológico do Brasil** — Publicação da **Geological Society of América** — Vol. 30, nº 2, junho de 1919.

(10) — LUCIANO JACQUES DE MORAES — **Serras e Montanhas do Nordeste** — Rio de Janeiro — 1924 — Vol. 2 — p. 50.

(11) — WILLIAM MORRIS DAVIS — **Physical Geography** — Ed. Ginn & Co. — Boston, 1898.

definida por Crandall (12).

Completa a geomorfologia um litoral pobre de articulações, caracterizado por praias e dunas costeiras. A hidrografia é a típica do Polígono das Sêcas, constituída de rios periódicos, entre os quais avulta o Jaguaribe — o maior rio sêco do Brasil — e cuja bacia drena quase dois terços das terras cearenses. O clima tropical semi-árido, com a peculiaridade das sêcas, e a presença conseqüente das **caatingas** xerófilas como paisagem botânica ultimam as linhas mestras do panorama fisiográfico do Estado.

3 — NATUREZA E CULTURA NA FORMAÇÃO CEARENSE

É neste peneplano arqueano, circunscrito por resíduos sedimentares em vasto hemiciclo, que se vai escrever mais um capítulo da colonização portuguêsa nos trópicos, a partir do século XVII, precisamente do ano de 1603, data da expedição de Pero Coelho de Souza, que marcaria o início do devassamento da gleba cearense, aliás, com "o fito exclusivc de atingir o Maranhão" (13), além da sedução de descobrir as riquezas auríferas tão faladas do Meio-Norte, ameaçado então pela conquista francesa. Em suma, era o obstinado objetivo de prosseguir a colonização setentrional, dificultada pelas condições de navegabilidade da costa Leste-Oeste, no pauperismo de suas articulações, no dinamismo oceanográfico e no regimem dos ventos, a ponto de determinar o seccionamento político-administrativo do resto do Brasil com a criação do Estado do Maranhão, em 1621.

Falhadas as tentativas de Pero Coelho de Souza e a dos jesuítas Francisco Pinto e Luiz Figueira, a colonização começa a se firmar com Martim Soares Moreno, apesar do hiato posterior da ocupação flamenga, o qual aqui aportava mais uma vez em 1621, sendo o introdutor dos gados cavalar e vacum e da plantação da cana-de-açúcar, fomentando a ocupação humana da área com novos povoadores (14).

---

(12) — RODERIC CRANDALL — **Geographia, geologia, suprimento de água, transporte e açudagem nos Estados da Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceará** — Publicação nº 4 da I.F.O.C.S. — 1910.

(13) — CARLOS STUDART FILHO — **O Antigo Estado do Maranhão e suas Capitanias Feudais** — Imprensa Universitária do Ceará — 1960 — p. 70.

(14) — RAIMUNDO GIRÃO — **Pequena História do Ceará** — Editôra A. Batista Fontenelle — Fortaleza — 1953 — p. 61.

A descrição da terra, como é natural, a ser feita como informe geográfico, devemo-la aos que primeiro a perlustraram, os pioneiros das primitivas entradas. O mais antigo documento que a ela se refere, segundo o Barão de Studart e outros historiadores locais, é a **Relação do Maranhão** (15), notícia mais ou menos minuciosa da tentativa missionária dos jesuítas Francisco Pinto e Luiz Figueira, chegados até a Serra da Ibiapaba (1607-1608), escrita pelo último e endereçada ao Geral Cláudio Aquaviva, em Roma.

Segue-se, em 1615, a **Jornada do Maranhão** (16) de Diogo de Campos Moreno, sargento-mor do Estado do Brasil e tio de Martim Soares Moreno, e, em 1618, a **Relação do Siará** (17) da autoria do próprio Martim Soares Moreno, completando-se desta arte a fonte tríplice dos nossos primeiros documentos histórico-geográficos.

Informava Diogo de Campos Moreno que a terra era fraca, servindo mais para gado e criações que para canaviais e roças, que nela às vêzes faltavam as chuvas, mas que em muitas partes as fazendas poderiam ser estabelecidas. Aliás, a carta de 1º. de março de 1612 de D. Diogo de Menezes, Governador-Geral do Brasil e futuro 1º. Conde de Ericeira, dirigida a El-Rei, abunda na mesma referência, afirmando que as terras eram "arenosas e fracas e boas só para pastos e gados" (18).

Martim Soares Moreno já escrevera antes que "para pastos de todo gado são estas as melhores terras que hei visto" (19), e ainda em 1800 opinava Bernardo Manuel de Vasconcelos, que "são as terras desta capitania geralmente falando muito arenosas e quase insuscetíveis de cultura, à exceção de algumas vargens e fraldas de serra" (20).

A palavra dos primeiros cronistas vale como uma profecia sôbre a destinação cearense, pois "a sêca e a criação, condições geográficas e vida econômica haviam de ser as

---

(15) — Publicada na **Revista do Instituto do Ceará** (RIC) — Tomo XVII — 1903 — p. 97/140.

(16 — RIC — Tomo XXI — 1907 — p. 209/330.

(17) — BARÃO DE STUDART — **Documentos para a História do Brasil, especialmente a do Ceará** — Fortaleza — 1904 — Vol. 1º — p. 133/140.

(18) — RIC — Tomo XXIII — 1909 — p. 69.

(19) — Vide **«Relação do Siará»**, cit.

(20) — Vide «Documentos» — RIC — Tomo XXVIII — 1914 — p. 330/336.

determinantes da formação da nova terra" (21). Mas, o pastoreio como base econômica do povoamento, da humanização da paisagem cearense, encontraria outros fatôres favoráveis, ligados, é certo, na sua maioria ao fenômeno clímico da estiagem cíclica, tais como a natureza do relêvo peneplanizado, uma rêde hidrográfica de rios intermitentes, de rápida transposição, as **caatingas** abertas e de fácil acesso ao gado, a riqueza em sal marinho, além dos terrenos salitrosos do interior, a abundância de terras disponíveis que prescindiam de cêrcas pela dificuldade na obtenção do arame, concedendo ampla mobilidade ao gado, o mercado garantido do Nordeste açucareiro e, finalmente, a colaboração do indígena na atividade pastoril.

Tocamos aqui outro componente fundamental da formação cearense, qual seja o papel desempenhado pela contribuição indígena, nesse secular e duro processo histórico-social.

Os grupos ameríndios dos Potiguaras, pertencentes ao tronco Tupi, ocupavam provàvelmente o litoral até Camucim, como os Tabajaras, de igual linhagem, fixavam-se na Chapada da Ibiapaba. Os demais grupos, exceção de algumas tribos não classificadas, pertenciam a etnias consideradas independentes, os Cariris e os Tarairiús, que ocupavam a mor parte do interior cearense, tendo sidos os Cariris os primeiros ocupantes do litoral, já repelidos para o sertão pelos grupos Tupis, exceto a tribo dos Tremembés que se mantinha aferrada ao litoral, dominando as praias de Camocim até além do Parnaíba (22).

De todos ocupavam maior extensão geográfica os Tarairiús, bem definidos graças aos trabalhos de Th. Pompeu Sobrinho, subdivididos nos Canindés e Jandoins ou Jenipapos. Dêles, provàvelmente, deriva a principal contribuição étnica à população cearense.

Olhados sob o prisma da Antropologia Econômica, os índios do Ceará apresentavam uma feição mais ou menos análoga ao resto do Brasil. A propriedade tribal da terra, num condomínio indiviso de todos os membros da tribo, desconhecendo completamente a propriedade imobiliária em

(21) — JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES — **A Historiografia Cearense na Revista do Instituto do Ceará** — no «índice anotado da Revista do Instituto do Ceará» — — Imprensa Universitária do Ceará — 1959 — p. 10.

(22) — RAIMUNDO GIRÃO — «Pequena História do Ceará», cit. — p. 111.

caráter individual e privado; igual regimem jurídico na propriedade domiciliar da oca, onde residiam em conjunto várias famílias; propriedade individual dos objetos, instrumentos de trabalho e guerra, ornatos, por êles produzidos, sendo vedado o furto, embora permitido a estranhos, segundo Clóvis Beviláqua; desconhecendo os metais e vivendo em pleno período neolítico; a caça, a pesca, uma agricultura rudimentar de mandioca e milho e, subsidiàriamente, da abóbora, do cará, da batata doce, feijão, amendoim e fumo; o artesanato incipiente dos adornos, instrumentos de guerra e trabalho, cerâmica, utensílios domésticos, como as rêdes, desconhecendo ainda o emprêgo do couro.

É sôbre esta primitiva estrutura cultural e econômica que vai desabar o impacto da colonização portuguêsa, operando a redução do aborígene pela destruição dos suportes econômicos de sua cultura e pelo cruzamento miscigenador das relações interraciais.

O silvícola foi atraído ou compulsado pelo colono, sesmeiro ou foreiro, ao trabalho pastoril. Em qualquer hipótese, os frutos desta atividade deixam de ser partilhados pela comunhão econômica da tribo. Impõe-se a propriedade privada e individual sôbre a terra e os rebanhos criados a sôlta — sistema a que era absolutamente impermeável a mentalidade do aborígene e que foi a causa primordial das cruentas guerras indígenas, cujos rumores nos chegam ainda hoje pelas crônicas coloniais (23). Constitui-se uma economia pastoril e individualista, desagrega-se a antiga estrutura cultural das sociedades indígenas.

Entretanto, algo seduzia — é indubitável — o índio para o pastoreio, talvez a facilidade de obter alimentação carnívora (24), tão a gôsto de povos caçadores, certamente o fato de não se distanciar muito o estilo de vida das atividades intermitentes e aventurosas da caça, da pesca e da guerra, a que estavam afeiçoados pelo seu nível cultural. Aderiu, colaborou

(23) — JOÃO BRÍGIDO — **«Ceará — Homens e Fatos»** — Rio de Janeiro — 1919 — p. 130: «A propagação das fazendas de criar importava declaração permanente de guerra, por isto que, caçador e sem mínima noção da propriedade, o selvagem não podia conceber o direito exclusivo de alguém sôbre animais, que não eram fatura do homem, mas surgiam da natureza, que era o pecúlio da comunhão.»

(24) — JOÃO BRÍGIDO — idem — p. 17: «Povos sem noções de propriedade, vivendo da caça e da pesca, dos frutos silvestres e do cultivo da mandioca, os tapuyos nunca poderiam respeitar os gados, que se criavam nos campos, e por amor disto, eram mortos, cativados ou expelidos do solo.»

e integrou-se no trato dos rebanhos, constituindo um mercado de trabalho fácil, uma mão de obra acessível, que poupou ao Ceará a importação do escravo negro, tão imprescindível na Zona da Mata nordestina e no Recôncavo Baiano, zonas de produção açucareira, tornando-nos o Estado mais imune às influências africanas e o padrão típico das populações oriundas da miscigenação branca e ameríndia.

Se o instrumento econômico da colonização houvesse sido a agricultura, a história seria contada diferente, pela profunda incompatibilidade dos estilos culturais do silvícola com o regimem duro e disciplinar do trabalho agrário. Mas a pecuária permitiu a colaboração do índio e esta cooperação tornou possível o êxito do pastoreio pela disposição de uma mão de obra abundante, numa reversibilidade que explica o entrosamento do processo cultural e econômico (25).

Tôda a formação social, política e econômica do Ceará será o reflexo senão a medida dêste conúbio das sêcas com a adaptação do índigena ao pastoreio, possibilitando a pecuária como recurso econômico para a nova humanização da paisagem e gênero de vida das populações primitivas do período colonial. João Brígido, tão forrado de preparo humanístico quão falho de ferramenta científica necessária ao historiador e sociólogo, nêste ponto acertou lapidarmente, formulando uma assertiva que lembra Sarmiento nas páginas do **Facundo**, aludindo ao pastoreio platino, quando escreveu que o manejo do gado comunicara aos colonos hábitos e sentimentos de crueldade e que os costumes ressentiram-se, muito tempo, da influência da indústria pecuária, a que atribui os numerosos homicídios que pontilham de sangue a vida cearense (26), influência esta que se conjuga com a do indígena e sua forte participação no nosso processo histórico-social, segundo José Honório Rodrigues (27).

Em resumo, a Natureza e a Cultura operaram como um sistema de fôrças, cuja resultante seria a seqüência geminada da pecuária e do povoamento. Com efeito, as sêcas, o pene-

(25) — JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES — op. cit. — p. 13: «O Ceará será essencialmente pastoril, não só por causa do seu clima que dificulta a agricultura, mas também porque o indígena melhor se adapta aquele regime.»

(26) — JOÃO BRÍGIDO — op. cit. — p. 17: «O sistema empregado no tratamento dêle (o gado), comunicaram aos colonos hábitos e sentimentos de crueldade. Daí veiu cobrir-se a terra de assassinos. Os costumes ressentiram-se, muito tempo, da influência da indústria pecuária...». p. 150. «Esta indústria, exercida como sóe no Ceará, torna os homens cruéis, gastando-lhes a sensibilidade.»

(27) — JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES — op. cit. — p. 14.

plano arqueano, os rios vadeáveis, as **caatingas** xerófitas, a abundância do sal são facêtas que definem o nosso meio fisiográfico e, portanto, a geografia física do Estado. Já a população indígena, sua distribuição geográfica, sua acomodação ao pastoreio, as mutações culturais daí decorrentes definem uma outra ordem de fenômenos que interessa ao campo da geografia humana e da etnografia. A conjugação das duas linhas conduz ao pastoreio, fato básico da nossa geografia econômica e coluna mestra da colonização, confirmando a assertiva já indicada que os dois ramos geográficos com o subsídio da antropologia econômica iluminam as bases e fornecem as diretrizes geoeconômicas de qualquer área submetida à análise do geógrafo. Sintetizando o mais amplamente possível, diríamos que as sêcas e o ajustamento indígena fôram assim as condicionantes da pecuária e, conseqüentemente, do povoamento e da colonização, os elementos integrativos da comunidade cearense.

4 — A GEOGRAFIA — RESPOSTA À PROBLEMÁTICA CEARENSE

O Ceará das sêcas, do enraizado caldeamento português e ameríndio, da pecuária, é um capítulo do **outro Nordeste** referido por Djacir Menezes, bem distinto e diferenciado do Nordeste úmido e açucareiro que serviu à temática sociológica de Gilberto Freyre e dos estudiosos da Zona da Mata e da costa oriental nordestina.

A decorrência do fenômeno climático, a sua periodicidade em ciclos que tem impressionado todos os que versaram o assunto, desde o Senador Pompeu, Euclides da Cunha até Hull, Joaquim Alves e Pompeu Sobrinho, constitui uma constante trágica que se repete na sua monotonia catastrófica ao longo da nossa evolução histórica e social, acarretando todo o cortejo de suas implicações psicológicas, demográficas e econômicas, que se formulam em problemas cuja resposta passa a ser uma preocupação contínua da nossa consciência coletiva e dos que se debruçam sôbre os estudos regionais.

A produção intelectual, como elemento integrativo da cultura do grupo humano, ressente-se dêste reflexo ecológico, numa viva conjugação dos elementos culturais com as condições mesológicas. "Os males e vexações que oprimem o Ceará, as dificuldades econômicas e as sêcas dão uma direção definida às formas literárias", assinala José Honório

Rodrigues (28). Daí a vasta "literatura das sêcas", desde **O Sertanejo** de José de Alencar até **O Quinze** de Rachel de Queirós ou **O Padre e a Beata** de Nertan Macedo.

Encontrando-se nas condições geográficas do meio a razão fundamental dos seus problemas, especialmente os de ordem econômica, é óbvia a interrogação dirigida à natureza dêste condicionamento fisiográfico, como ponto de partida primordial para o encontro das soluções requeridas pela problemática do Ceará. E êste interrogar contínuo e crescente foi a matriz da pesquisa geográfica estadual e da bibliografia decorrente, desde o período colonial até hoje (29). Ou, antes, leve-se a crédito das sêcas e do seu impacto sôbre a vida social o que se tem feito em matéria geográfica no Estado, sempre acentuado o esfôrço neste campo de pesquisa pela nota dominante das questões econômicas, sobrelevando às demais facêtas antropogeográficas.

A indagação geográfica foi sempre um esfôrço de entendimento e compreensão da nossa paisagem, visando objetivar fórmulas que atendam aos efeitos do impacto econômico das sêcas. Era desta forma que sentia o problema o Ouvidor João Antônio Rodrigues de Carvalho, o revolucionário de 1817 e futuro Senador do Império pelo Ceará, ao dizer que êste "não pode fazer progresso vantajoso, pelas emigrações contínuas, ocorrência das sêcas e padecimento de moléstias daí provindas e que tudo faz definhar, faz nascer o desejo de se conhecer melhor o passado, de saber os motivos de um presente tão pouco promissor" (30).

Esta inquirição buscaria uma resposta, não sòmente estética através da "literatura das sêcas", mas também mediante a história — que fêz do Ceará o Estado cujo pretérito foi mais aprofundado, como já salientava Capistrano de Abreu (31), mas sôbretudo pela pesquisa e estudos de cunho geográfico e sócio-antropológico que vêm enriquecendo a

(28) — JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES — op. cit. — p. 27.

(29) — Um exemplo marcante é a declaração de Tomás Pompeu de Souza Brasil Filho, em carta de março de 1903, dirigida a Afonso Celso: «Tenho escrito sôbre o que mais de perto podia interessar a terra de meu berço — sêcas, irrigação, culturas, criação, etc.», cf. F. ALVES DE ANDRADE — **Tomás Pompeu e o seu Tempo** — Fortaleza — 1954.

(30) — Na **Descrição Geográfica abreviada da capitania do Ceará**, publicada na RIC — Tomo XII — 1898 — p. 13.

(31) — CAPISTRANO DE ABREU — **Sôbre uma história do Ceará**, na RIC — Tomo XIII — 1899 — p. 22.

bibliografia local desde os recuados séculos XVII e XVIII, onde as preocupações de ordem econômica afloram como um parâmetro e um vetor — a significar uma constante e um sentido da geografia cearense.

5 — A INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA NA COLÔNIA

Como já foi dito, devemos aos primeiros cronistas as informações iniciais sôbre a terra cearense. Aquêles que minuciaram os seus primitivos acontecimentos prestaram também as primeiras achegas sôbre o comburido chão que se abria a uma nova etapa da tropicalização lusitana. Referimo-nos à **Relação do Maranhão** de Luiz Figueira, à **Jornada do Maranhão** de Diogo de Campos Moreno e à **Relação do Siará** de Martim Soares Moreno, o trio inicial do nosso documentário histórico-geográfico.

É que, observa Besselaar (32), "a Geografia é irmã gêmea da História: os primeiros historiadores, como Hecateu e Heródoto, eram também homens viajados, e tinham muito interêsse pelos fatôres geográficos. Tudo o que se verifica no tempo, verifica-se também no espaço, de modo que a cronologia e a geografia, na expressão célebre de Lord Bacon, são os dois olhos da história".

Esta geminação permanece como uma característica ao longo da nossa evolução intelectual: os nossos historiadores sempre se voltaram também para o setor geográfico. O cearense Capistrano de Abreu — figura máxima da historiografia nacional — dirigiu a publicação refundida e condensada do **Handbuch der Geographie und Statistik des Kaiserreich Brasilien** de Von Dr. D. E. Wappoeus, Leipzig, 1871, traduzida e publicada em 1884, como também traduziu e prefaciou a **Geographia Geral do Brasil** de A. W. Sellin, em 1889, já publicada na revista **Wissen der Gegenwart,** em 1885.

Guilherme, Barão de Studart, o patriarca da história cearense, elaborou várias monografias geográficas. O Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, um dos pioneiros da história estadual, deixou-nos **Neologia e neografia geográphica do Brasil** (33). Antônio Bezerra de Menezes, outro notável

(32) — JOSÉ VAN DEN BESSELAAR — **Introdução aos Estudos Históricos** — Editôra Herder — S. Paulo — 1956 — p. 190.

(33) — Na **Revista da Sociedade de Geographia** do Rio de Janeiro nº 2, Tomo I — 1885.

pesquisador, legou-nos diversos trabalhos geográficos. José Arthur Montenegro, emérito historiador militar, tinha em preparo um **Diccionário histórico-geográphico do Estado do Rio Grande do Sul**, do qual algumas partes foram enfeixadas num volume com o título **Notas para a Carta Geográphica** do Rio Grande do Sul, como **Arroio Tahim, Coordenadas Geográphicas, Altitudes, Monographia do Rio Ibicuhy**, êste último já publicado nos jornais "Echo do Sul" de 10 de outubro de 1893 e "Jornal do Comércio" de 17 de janeiro de 1894, servindo o volume como título de admissão à categoria de sócio correspondente da Academia Cearense de Letras. Escreveu ainda sôbre **As ilhas do Brasil** e traduziu Alexandre de Humboldt em **Christovam Colombo e o descobrimento da América**, no que interessava à história da geografia do Novo Continente, publicado em **Actualidade** (Rio Grande), em 1893/94. E até o modesto historiador Luiz Januário Lamartine Nogueira, autor de monografias destinadas a provar a naturalidade viçosense de Antônio Felipe Camarão, foi também o autor de uma **Planta Topográphica** da Serra da Ibiapaba.

Face a esta exemplificação, não é de surpreender que a informação histórica marchasse paralela à achega geográfica desde o período colonial, encontradas nos documentos primevos já citados, a cuja fase cronológica se segue o hiato da ocupação flamenga no Ceará. Do período holandês, podemos respigar alguns informes no manuscrito de Hessel Gerritsz (34), embora, segundo Luís da Câmara Cascudo (35), o conhecimento do invasor do nosso território foi muito restrito, não ultrapassando pouco mais de 24 kms. da orla litorânea.

Reaberta a colonização portuguêsa, ainda no século XVII, encontraremos o manuscrito **Papel Político sôbre o Estado do Maranhão apresentado em nome da Câmara ao Senhor Rei Dom Pedro Segundo por seu Procurador Manoel Guedes Aranha, Ano de 1682** (36), relatando sôbre um aspecto de interêsse geográfico e econômico, o comércio da então nascente Capitania.

---

(34) — **Extratos do Manuscrito de Hessel Gerritsz** — RIC — Tomo XXVI — 1912 — p. 3/14.

(35) — **Informação Geográfica do Ceará holandês** — RIC — Tomo LV — 1951 — p. 68/80.

(36) — **Opinião de Guedes Aranha sôbre o Comércio do Ceará** — RIC — Tomo XX — 1906 — p. 94.

No decurso do século XVIII (37), registramos a **Notícia geral da Capitania do Seará Grande** (38), do Governador João Batista de Azevedo Coutinho Montaury, com informações sôbre o comércio e os gêneros da terra, a tartaruga, os queijos, o algodão, o açúcar, o âmbar e outros. A **Carta XIX** de Luís dos Santos Vilhena, professor de grego e latim em Salvador, inserta no manuscrito **Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasílicas** (39), descreve a divisão da Comarca do Ceará Grande em três distritos, os rios e barras, as povoações, os produtos, os minerais e o comércio, a notícia das minas de ouro dos Cariris Novos. A **Rellasam de Aquiraz** é outro documento que minucia os rios, os caminhos e as distâncias dos lugares, datada de 29 de março de 1757, subscrita pela Câmara da Vila (40). A **Idéia da população da capitania de Pernambuco e das suas anexas**, no govêrno do capitão-general José Cézar de Menezes, com dados sôbre as costas, rios, povoações, agricultura, população, na parte relativa ao Ceará, extraída por João Brígido (41), é outra fonte valiosa. E, encerrando quase o período colonial, vem a descrição **Capitania do Ceará** (42), com um sumário geográfico, a população em 1811, as várias vilas.

É manifesta a nota econômica que domina a informação geográfica neste período: comércio, agricultura, mineração, o ouro dos Cariris Novos, as comunicações, a atividade pastoril e outros semelhantes são os dados permanentes no documentário da época.

6 — AS MEMÓRIAS NOS PRIMÓRDIOS DO SÉCULO XIX

Abrir-se-ia a centúria seguinte com o Ceará figurando em capítulo mais ou menos alentado da **Corografia Brasílica** de Aires de Casal (43), com informações minudentes sôbre os

(37) — Não mencionamos no texto a **Memória sôbre a Capitania do Ceará de** José Victoriano Borges da Fonseca, por ser considerada perdida.

(38) — RIC — Tomo XLIX — 1935 — p. 85/100.

(39) — Vide RIC — Tomo XXI — 1907 — p. 149/181.

(40) — RIC — Tomo IV — 1890 — p. 297/299.

(41) — Do manuscrito existente na Biblioteca Nacional, publicado nos seus **Anais** — Vol. XL — 1918 —, antes publicado na RIC — Tomo IV — 1890 — p. 165/187, sob o título «Breve Notícia da capitania do Ceará Grande».

(42) — RIC — Tomo XXIII — 1909 — p. 296/308, manuscrito pertencente a Biblioteca Nacional.

(43) — **«Corografia Brasílica»** — Coleção de Obras Raras editadas pelo Instituto Nacional do Livro — 1945 — p. 219/250.

recursos econômicos, obra de cujo valor científico Caio Prado Júnior formula um severo juízo na sua "Introdução".

Entretanto, o início do século foi marcado pelas "várias memórias descritivas de nossa geografia física e humana" (44), aparecendo em primeiro os trabalhos do naturalista João da Silva Feijó (1760-1824), professor de botânica em Lisboa, membro da Academia Real de Ciências e da expedição científica de Alexandre Rodrigues Ferreira, vindo ao Ceará pela mão de Bernardo Manoel de Vasconcelos, na qualidade de engenheiro da Capitania, incumbido de estudar o país, seus recursos e produções, seus aspectos geográficos, por fôrça da Provisão Régia de 20 de abril de 1799, conforme noticia Paulino Nogueira Borges da Fonseca (45).

O naturalista português escreveu a **Memória Econômica sôbre o gado lanígero do Ceará** (46), cujo clima considera muito favorável à pecuária lanígera, estendendo-se sôbre o problema do seu aproveitamento econômico e da sua implantação. Escreveu também a **Memória sôbre as antigas Lavras do Oiro da Mangabeira da Capitania do Siará** (47) e a **Memória sôbre as minas de ferro do Cangati do Xoró** (48). E, finalmente, a **Memória sôbre a Capitania do Ceará, escrita de ordem superior pelo sargento-mor João da Silva Feijó, naturalista encarregado por S. A. R. das investigações philosóphicas da mesma**, valiosa descrição corográfica, física e política, versando a localização das minas, o aproveitamento das salinas, medidas de reflorestamento e proteção à agricultura, introdução de novas espécies, aspectos demográficos e etnográficos da grei cearense, destacando-se sobretudo o que diz respeito à pesquisa das minas de salitre, como acentuou Paulino Nogueira em suas anotações (RIC — Tomo III — 1888 — p. 3/27).

O Governador Luís Barba Alardo de Menezes, em 18 de abril de 1814, endereça ao Príncipe Regente D. João a **Memória sôbre a Capitania do Ceará Grande** (49), na qual

(44) — RAIMUNDO GIRÃO — **Pequena História do Ceará** — op. cit. — p. 11.
(45) — **O naturalista João da Silva Feijó** — RIC — Tomo II — 1888 — p. 247/276.
(46) — RIC — Tomo XXVIII — 1914 — p. 367/397.
(47) — RIC — Tomo XXVI — 1912 — p. 364/371.
(48) — Escrita em 1814, alguns trechos foram publicados no **Ensaio Estatístico** do Senador Pompeu, Vide RENATO BRAGA — **História da Comissão Científica de Exploração** — Imprensa Universitária do Ceará — 1961 — p. 347.
(49) — Publicada na RIC — Tomo XI — 1897 — p. 36/60.

descreve suas principais vilas e estabelecimentos, assim como as cartas geográficas com que contribuiu para o Ceará, segundo Studart (50).

A **Descrição geográfica abreviada da Capitania do Ceará,** atribuída ao Coronel de Engenheiros Antônio José da Silva Paulet por Augusto de Carvalho, teve esta autoria contestada pelo Senador Liberato de Castro Carreira, no "Jornal do Comércio" (51), e na "Revista do Instituto Histórico e Geográphico Brasileiro" (52), que a atribuiu a algum funcionário da Capitania encarregado da divisão territorial. Igualmente discrepou o Barão de Studart (53) para sustentar diferente que a Memória foi escrita em 1816, e não antes de 1812, como quer Castro Carreira, e que o seu autor foi o Ouvidor João Antônio Rodrigues de Carvalho. Trata-se de uma exposição geográfica e econômica, indicativa dos recursos e vilas da Capitania, em número de 17, descrevendo o regimem alimentar da rapadura e farinha, a indústria principal como sendo o curtimento da sola, referindo as várias sêcas anteriores, criticando a preguiça e criminalidade das populações, tratando-se assim de um importante depoimente subsidiário para a geografia estadual.

É inútil destacar os temas econômicos que afloram nas várias memórias, pois êles se evidenciam no resumo dos textos que acabamos de mencionar.

7 — VIAJANTES E OBSERVADORES ESTRANGEIROS

O Barão de Studart, com a paciência beneditina que o sagrou o maior pesquisador cearense, preparou a coletânea **Estrangeiros e o Ceará** (54), onde reuniu a mais completa bibliografia estrangeira sôbre o Estado, num total de 72 nomes de estudiosos da flora, da fauna, da etnografia e da história, da geografia e da geologia da nossa terra.

É a partir do século XIX que o Ceará se torna objeto de

---

(50) — BARAO DE STUDART — **Administração Barba Alardo** — RIC — Tomo XXII — 1908 — p. 327/369.

(51) Rio de Janeiro — 29 de setembro de 1897.

(52) — Tomo LX, parte II — 1897.

(53) — BARAO DE STUDART — **«Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense»** — Fortaleza — 1913 — p. 258/9 e RIC — Tomo XII — 1898 — p. 31.

(54) — RIC — Tomos XXXII a XXXVI — 1918 a 1922.

interêsse para os cientistas estrangeiros, ora simples visitantes, que passam por aqui e condensam em trabalhos as suas notas e observações. Sem aludirmos ao caso de Humboldt, no govêrno de Bernardo Manoel de Vasconcelos (55), de John Mawe, James Henderson e L. F. de Tollenare (56), o estrangeiro que abre a série é o inglês Henry Koster, em **Travels in Brazil**, hoje traduzido por Luís da Câmara Cascudo em **Viagens ao Nordeste do Brasil** (57), que estêve no Ceará de 1810 a 1811, escrevendo o seu livro em 1816.

Editando o livro **Pluto Brasiliensis** em 1833, em Berlim, o geológo Barão Wilhelm Ludwig von Eschwege, oficial do Real Corpo de Engenheiros do Exército Português, cujas atividades aqui se iniciam a partir de 1801, refere as jázidas auríferas do Ceará (58).

Ferdinand Dénis, que estêve no Brasil em 1816, e viajou pelo Nordeste de 1817 a 1820, faz menção do Ceará (59), interessando-se pela terra que muito tempo após seria o tema tratado pelo seu conterrâneo Pierre Dénis, autor de **Le Ceará**, publicado nos **Annales de Géographie de Paris**, versando as sêcas e suas conseqüências (60).

George Gardner visita o Brasil entre 1836 e 1841, tendo se demorado no Ceará de junho de 1838 a dezembro de 1839, considerado pelo Barão de Studart o mais exato e minucioso naturalista de quantos percorreram os sertões cearenses no século passado, que descreve em **Travels in the interior of Brazil (1846)**, rico de informação econômica e social sôbre o Ceará de antanho (61).

Em 1844, F. Chabrillac publica nos **Comptes Rendus de l' Académie das Sciences** de Paris o estudo intitulado **Sur quelques poissons fossiles de la province de Ceará au Brésil** (62). E em 1865, os Agassiz visitam o Ceará. Firmava-se a atração da cultura estrangeira pelo Ceará, que em 1889 seria objeto de várias páginas no trabalho de Alfred Marc — **Le**

(55) — BARÃO DE STUDART — **Alexandre de Humboldt e Bernardo Manoel de Vasconcelos** — RIC — Tomo II — 1888 — p. 81/86.

(56) — Autor das **Notes Dominicales**, original na Biblioteca de Santa Genoveva, em Paris. Visitou Fortaleza e Aracati.

(57) — Vol. 231 da «Brasiliana» — 1942 — Cap. VII e VIII.

(58) — Trechos relativos ao Ceará na RIC — Tomo **XIX** — 1905 — p. 123.

(59) — Vide RIC — Tomo **XXXII** — 1918 — p. 199/200.

(60) — Vide RIC — Tomo **XXXII** — 1918 — p. 191/274.

(61) — Vol. 223 da «Brasiliana» — 1942 — Cap. V e VI, tradução de Albertino Pinheiro.

(62) — Vide RIC — Tomo **XXXII** — 1918 — p. 203.

Brésil — (63), como dêle trataria também Paul Walle, que, viajando "em comissão do Ministério do Comércio da França e da Sociedade de Geografia Comercial de Paris, aqui estêve em 1910 e registrou as suas impressões de viagem no livro **"Au Brésil, États de Parahyba, Rio Grande do Norte et Ceará"**, 1912, no qual combate a versão errônea de que o norte do Brasil é insalubre e impróprio à emigração européia" (64).

8 — GÊNESE DA GEOGRAFIA CEARENSE

Em 1845, com a fundação do Liceu do Ceará, a ciência geográfica conquista a oportunidade de ensino regular na Província, permitindo o conhecimento orgânico e sistemático dos seus princípios. Junte-se ao fato o contacto com a cultura científica estrangeira, já estabelecida pelo pequeno escol intelectual da terra. E complete-se com a presença entre nós, a partir de 1859, da famosa Comissão Científica de Exploração, recentemente historiada em exaustiva e relevante monografia de Renato Braga (65), constituída por nomes de alto nível nos meios científicos do Brasil, tais como Freire Alemão, Guilherme Capanema, Ferreira Lagos, Raja Gabaglia e Gonçalves Dias.

Parece-nos ter sido esta tríplice circunstância a geratriz de onde surgiria a moderna geografia cearense, cujo pioneiro foi Tomás Pompeu de Sousa Brasil (1818-1877), advogado, Senador do Império e professor do Liceu Provincial. Devotado aos estudos de geografia, demografia e estatística, dos quais foi um autêntico precursor no Brasil, o Senador Pompeu fixou em numerosos trabalhos (66) os dados sôbre a população cearense e suas condições econômicas, sociais e intelectuais. "Se sua obra geográfica, a única da época, nada acrescentou

---

(63) — Publicado em 2 vols. — Paris — 1889 — p. 185/188 do 1º vol.

(64) — RAIMUNDO GIRÃO — **Geografia Estética de Fortaleza** — Imprensa Universitária do Ceará — 1959 — p. 255.

(65) — RENATO BRAGA — **História da Comissão Científica de Exploração** — Imprensa Universitária do Ceará — 1961.

(66) — **Elementos de Geographia** — Ceará — 1851; **Compêndio de Geographia**, Ceará — 1856; **Compêndio elementar de Geographia geral e especial do Brasil**, 3ª ed. de 1859, 4ª ed. de 1864, 5ª ed. de 1869; **Memória Estatística da Província do Ceará** sob sua relação física, política e industrial, em 1858; **Memória sôbre a conservação das mattas e arboricultura como meios para melhorar o clima da**

à de Aires de Casal, suas pesquisas sôbre a população e sôbre o clima e as sêcas cearenses avultam pela seriedade, segurança e originalidade" (67).

O impulso inicial estava dado. Pompeu teria continuadores em sua própria linhagem familiar, até os nossos dias, pois não seria descabido afirmar que o filho Tomás Pompeu de Souza Brasil e o neto Th. Pompeu Sobrinho constituiriam o eixo do desenvolvimento da geografia estadual até o instante atual, numa vigorosa seqüência que honra e dignifica a inteligência cearense e engrandece a nossa cultura.

Se é em volta do decênio 1850-1860 que se assinala o nascimento da nossa geografia, é incontroverso que fatos posteriores vieram dotá-la de orientação científica mais segura e condizente, emprestando-lhe maior disciplina e segurança.

A nucleação dos intelectuais e estudiosos cearenses, em 1872, no movimento chamado de "Academia Francesa" — primeiro brado da nossa independência mental — fizera-se à sombra de conhecidas influências estrangeiras rebatidas sôbre o incipiente meio científico da então Província. Capistrano de Abreu, participante ativo do movimento, aponta as correntes informadoras, no seu estudo sôbre Rocha Lima (68), mencionando Taine, Buckle e Comte.

Ora, os três nomes citados, em que pesem as diferenças de orientação doutrinária, e pondo de lado o conteúdo da sua metafísica, possuem um traço comum que os aproxima sensìvelmente. Reportamo-nos ao repúdio que representam no panorama da cultura européia do século XIX à linha intelectual do racionalismo iluminado e enciclopedista, que se traduzia na ordem literária pelo romantismo, na ordem sócio-econômica pelo individualismo, na ordem política pela democracia liberal.

Era o racionalismo uma atitude que implicava no abandono dos dados fornecidos pela realidade e pela experi-

---

província do Ceará — Fortaleza, 1859; **Diccionário topográfico e estatístico da Província do Ceará**, Rio de Janeiro, 1861; **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**, S. Luís do Maranhão, 1863, em 3 vols.; **Memória sôbre o clima e sêccas do Ceará**, Rio, 1877; **Systema ou configuração orográphica do Ceará**, Rio, 1877; **Memória sôbre a estatística da população e indústria do Ceará**, em 1856 e 1858; **População da Província do Ceará em 1859**, na **Revista Brasileira**, II, p. 429/432; **Relatório do estado da instrução pública e particular**, Ceará, 1858.

(67) — JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES — op. cit. — p. 20.

(68) — CAPISTRANO DE ABREU — **Ensaios e Estudos** — 1ª série — Rio de Janeiro — 1931 — p. 109/123.

mentação, entregue ao puro arbítrio das construções teóricas emanadas dos surtos da inteligência, em completo desapêgo do real, do concreto e da experiência, posição altamente perigosa pelos seus efeitos, sobretudo no campo das ciências humanas, na ordem social e política.

Taine, Buckle e Comte exprimem uma reação salutar a esta orientação abstrata. O primeiro, escrevendo as **Origens da França Contemporânea**, deu-nos uma das maiores refutações do racionalismo político; o segundo, o autor da **História da Civilização na Inglaterra**, muito contribuiu para o estudo da geografia humana, fundamentando a evolução social na base real da paisagem geográfica, e não mero capricho da **vontade geral** de Rousseau; o terceiro, com as conclusões políticas de sua filosofia positiva e lançando os alicerces da Sociologia, proporcionava um instrumento mais seguro à investigação dos fenômenos ocorrentes nas comunidades humanas, despejada das soluções abstratas do racionalismo vigente no século anterior, dominado pelo enciclopedismo.

Fatôres espirituais dessa natureza é que vão modelar a inteligência provinciana do Ceará. Por isto, é que José Sombra evidencia em relação a Tomás Pompeu Filho — "o que seduzia o seu espírito era o conhecimento positivo das cousas, especialmente o estudo concreto da terra e do homem. Daí a sua preferência pela geografia, a demografia, a economia política, a estatística social, enfim, por tôdas as ciências sociais" (69), acentuando o interêsse pragmático e objetivo pelo conhecimento científico que representasse uma legítima contribuição ao desenvolvimento e progresso da sociedade.

Com essas influências intelectuais, compreende-se que o ambiente provinciano amadurecia para maiores empreendimentos, que se vão concretizar em março de 1887, data da criação do Instituto do Ceará, e em 1894 da Academia Cearense, cujas revistas, especialmente a da primeira instituição, tornam-se o valioso repositório dos trabalhos geográficos lavrados no Ceará e cuja consulta é obrigatória para os interessados no assunto.

Há uma diretriz que deve ser destacada na orientação seguida pela **Revista do Instituto do Ceará**, no que respeita à geografia: é a relativa abundância das monografias de cunho

(69) — RIC — Tomo Especial de 1929 — p. 66.

local ou municipal, singela mas eficiente contribuição aos estudos dessa natureza, pois as "excelentes notícias histórico-descritivas de municípios, vilas e freguesias revelam o acêrto da orientação metodológica" (70), preparando os subsídios para uma análise de conjunto e uma interpretação mais vasta das condicionantes geográficas das terras do Ceará Grande.

9 — A GEOGRAFIA GERAL E SUAS VARIANTES

O Senador Pompeu, o criador da geografia cearense, tratou a geografia geral e brasileira, em compêndio que teve sucessivas edições. O exemplo motivou seguidores, sintoma de que os estudos fisiográficos despertavam a atenção do ambiente provinciano, manifesto — além de algumas teses habituais para concurso no magistério público, nas quais geralmente a geografia e a cosmografia aparecem associadas, por fôrça do currículo vigente na época — na publicação de modestos compêndios e trabalhos isolados, versando a geografia geral, a brasileira e até a estrangeira.

Em 1873, o bacharel Arcelino de Queiroz Lima publicava o **Compêndio de Geographia Geral e Especial do Brasil** (71). Em 1875, o médico, farmacêutico e químico Francisco Maria de Mello Oliveira escrevia no "Jornal do Comércio", Rio, a **Nota sôbre a Comissão de limites com a Bolívia**, inserindo em 1877 em "A Reforma" a **Descrição da Gruta de Coimbra em Mato-Grosso.** Em 1879, José de Barcelos — o pioneiro da pedagogia no Ceará — publicava no Rio de Janeiro o opúsculo **Geographia Physica — pontos para exame**, seguido em 1882 dos **Novos pontos de geographia.**

Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho inicia sua proveitosa atividade a partir de 1886. Médico, psicologista, historiógrafo, estudioso dos problemas rurais, um dos precursores do municipalismo brasileiro, publica naquele ano **O Sul de S. Paulo,** uma contribuição ao estudo da geografia física daquela zona, acompanhado de um mapa da região organizado por Porfírio Alvarez da Cruz (72), seguido das **Reflexões sôbre a Colonização** (73).

Um tema atual debatido por Jaguaribe Filho foi a

(70) — JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES — op. cit. — p. 29.
(71) — Edição da Tip. da «Tribuna Católica» — Ceará — 1873 — 85 pp.
(72) — Tip. de Leroy King Bookwalter — S. Paulo — 1886 — 86 pp.
(73) — Edição da Casa Garraux. — S. Paulo.

mudança da capital do Brasil. Em **Villa Jaguaribe nos Campos do Jordão** (74) e **Mudança da Capital Federal** (75), respondendo ao Dr. Cruls, discute o momentoso assunto. Em 1909, apresenta ao 1º. Congresso de Geografia a memória **Geographia Social** (76), além dos **Discursos** pronunciados em 1910, na abertura e encerramento do 2º. Congresso de Geografia, na qualidade de seu presidente (77).

Em 1888, Joaquim de Oliveira Catunda aborda em **As evoluções do clima** (78) a influência do sol no clima terrestre. Em 1894, vêm a lume as **Licções de Geographia Geral** de Tomás Pompeu de Souza Brasil, Filho, (79) — então professor da disciplina na antiga Escola Militar do Ceará. Elesbão Alves Maia publica no Rio de Janeiro, em 1901, os **Elementos de Geographia do Brazil** (80), enquanto em 1902 o engenheiro Hildebrando Pompeu escrevia na imprensa de Fortaleza sôbre **Vulcões e seus paroxismos.**

Júlio Pompeu de Castro Albuquerque publica em 1908 o **Álbum do Estado do Rio de Janeiro** (81), contendo mapas e informações minuciosas, e mais **Vier Staaten Brasiliens — Four Brazilian States** (82). Antônio Theodorico da Costa Filho, engenheiro civil e professor de geografia no Liceu do Ceará, apresenta ao Congresso de Geografia de 1909, no Rio de Janeiro, a memória intitulada **A Geographia — Sciência de universal utilidade. Crítica do seu estudo actual. Programma de seu ensino e meios de divulgação** (83).

O ano de 1912, da autoria do engenheiro militar Rubens do Monte Lima, vê aparecer as **Noções sôbre o Méthodo das Mínimas Quadradas e suas Aplicações em Geodésia** (84), em cujo final discute qual o elipsóide de referência mais conveniente à carta geral do Brasil, se o de Bessel ou Clark. Em

---

(74) — Estudo sôbre o planalto projetado para a sede da Capital Federal — Tip. King — S. Paulo — 1897.

(75) — Tip. d' «O Município» — S. Paulo — 18 pp.

(76) — Tip. Espindola & Cia. — S. Paulo — 1909 — 20 pp.

(77) — Casa Garraux — S. Paulo — 1910.

(78) — RIC — Tomo II — 1888 — p. 15/23.

(79) — Tip. Universal — Fortaleza — 1894 — 633 pp. O Barão de Studart publicou um juizo crítico sôbre esta obra na «Revista da Academia Cearense» de 1897.

(80) — Tip. Benuzzi & Bedeschi — Rio de Janeiro — 1901 — 158 pp.

(81) — Organizado de ordem do Presidente Alfredo Backer para a Exposição Nacional de 1908.

(82) — Tip. Leuzinger — Rio de Janeiro — 1910.

(83) — Tip. Minerva — Fortaleza — 1909 — 39 pp.

(84) — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1912 — XII, 226, VI pp.

1913, a monografia **A Madeira-Mamoré. A Bacia do Mamoré** (85), já publicada antes no "Jornal do Comércio", Rio. Júlia Carneiro Leão de Vasconcellos trataria de **O território do Chaco** (86), com uma ligeira explanação sôbre a geografia humana, e **Uma lacuna geográfica** (87), no qual discute a importância e exploração dos rios, inclusive a controvérsia das cabeceiras do Amazonas.

10 — LINHAS TANGENTES À GEOGRAFIA

Cumpre assinalar que determinados problemas devem ser considerados como questões que tangenciaram o plano da pesquisa geográfica no Ceará e contribuíram para sua bibliografia. Entre estas linhas auxiliares mencionaremos a medicina, as ciências naturais, os limites estaduais e, dizendo mais de perto com a geografia econômica, o problema portuário e as questões de economia rural.

Certas publicações de origem médica tocam diretamente o campo geográfico, e o exemplo foi dado pelo próprio Barão de Studart quando enviou ao 4º. Congresso Médico Latino-Americano, reunido no Rio de Janeiro em agôsto de 1909, a memória **Climatologia, Epidemias e Endemias do Ceará** (88).

Já em 1849-1850 os "Annaes Brasilienses de Medicina" estampavam as **Breves considerações sôbre a climatologia do Ceará**, da lavra de José Lourenço de Castro Silva, médico e político ilustre, precedidas de uma ligeira descrição de Fortaleza e seus subúrbios. Formando-se em medicina pela Universidade de Haward, Cambridge, em 1853, o cearense Joaquim Antônio Alves Ribeiro sustentou a tese **Essay on acclimation** (89) perante a Faculdade da Bahia. Em 1881, no Rio de Janeiro, doutora-se João Francisco Pereira com a tese **Da influência dos climas sôbre o desenvolvimento e marcha da phthisica pulmonar** (90). O médico João Paulino de Barros

(85) — Tirado em folheto de 102 pp., em 1913, da autoria de Júlio Nogueira de Holanda Lima.

(86) — RIC — Tomo XLVII — 1933 — p. 133/142.

(87) — RIC — Tomo LIV — 1940 — p. 81/89.

(88) — Na «Revista da Academia Cearense» de 1909, tirado à parte em folheto de 74 pp.

(89) — Opúsculo de 10 pp. — Deve-se ao Dr. Alves Ribeiro o primeiro museu do Ceará, cujas coleções, após sua morte, foram doadas ao Govêrno que as entregou à Escola Normal, onde ainda existem alguns remanescentes.

(90) — Tip. Queirazza & Landi — Rio de Janeiro — 1881.

Leal Filho escreve **Um confronto entre a economia humana e o meio social** (91) e, finalmente, o médico Augusto Linhares estuda em **Mesologia de Manáos** o problema do saneamento daquela cidade amazônica.

As ciências naturais fornecem outra excelente contribuição. Já aludimos a Gardner, Chabrillac e Agassiz, mas entre os coestaduanos far-se-ia notável o subsídio dado nos primeiros decênios do século vigente por Francisco Dias da Rocha, desbravador dêsses estudos em nosso meio, fundador do Museu Rocha com coleções de Botânica, Zoologia, Mineralogia e Arqueologia, organizador de catálogos da fauna e flora cearenses (92) e do "Boletim do Museu Rocha".

Friederich Katzer, geólogo do Museu Goeldi, visitou o Ceará em 1897, com o fim de realizar pesquisas geológicas. Deixou-nos em artigo estampado na revista "Globus" de Braunschweig, de 3 de julho de 1902, as suas observações, considerando o Ceará dividido em 4 tipos de paisagem: a praia, a planície regada, o sertão e a serra, que foi traduzido e publicado por Capistrano de Abreu (93).

Jacques Huber estêve no Ceará em setembro e outubro de 1897 e descreve a flora cearense em três regiões fitogeográficas, a do litoral, a do sertão e a das serras (94), aliás, as mesmas propostas por Freire Alemão nos trabalhos da Comissão Científica de 1859 (95). Adolfo Ducke, do Museu Goeldi, expõe suas pesquisas de 1908 e 1909 sôbre a geografia botânica e faunística, aceitando a divisão geobotânica de Huber (96). Ernesto Ule, outro botânico, visita-nos em 1910 e escreve sôbre a borracha, entre cujos produtores inclui o Ceará (97).

Alberto Loefgren em **Ceará, Notas botânicas** (98) resumiu os resultados dos seus estudos como botânico, no segundo decênio do século, em pesquisa especial sôbre a natureza das **caatingas**. Vale ressaltar o significado de suas

---

(91) — Tip. do Comércio — Baturité — 1908 — 13 pp.
(92) — Vide RIC — Tomos LX, LXII, LXIV, LXVIII.
(93) — Na RIC — Tomo XVII — 1903 — p. 291/298.
(94) — Publicado no «Bulletin de l'Herbier» — Tomo I — 1901 — p. 290/329 e traduzido na RIC — Tomo XXII — 1908 — p. 162/192 e 236/271.
(95) — Vide RENATO BRAGA — **História da Comissão Científica de Exploração** — op. cit. — p. 389.
(96) — RIC — Tomo XXIV — 1910 — p. 3/61.
(97) — RIC — Tomo XXXII — 1918 — p. 249.
(98) — RIC — Tomo XXV — 1911 — p. 129/170.

observações econômicas, apontando as causas da devastação das matas, seus efeitos sôbre o clima, enumerando as medidas necessárias para o desenvolvimento agrícola do Ceará, como o aproveitamento dos produtos, medidas que impeçam o desmatamento e a erosão, o uso de novas técnicas agrícolas.

Outro tema ancilar é a questão de limites com as unidades fronteiriças, o Piauí e o Rio Grande do Norte. A raia com o primeiro provoca trabalhos de Paulino Nogueira Borges da Fonseca (99), João Ernesto Viriato de Medeiros (100) e Pedro Ferreira (101). Com o segundo forjam-se os trabalhos de Capistrano de Abreu (102), João Batista Perdigão de Oliveira (103), Matheus N. Brandão (104), Frederico Augusto Borges (105) e Tomás Pompeu Sobrinho (106).

O problema centenário do pôrto de Fortaleza — escoadouro da produção estadual, oferece outro setor de estudos que interessa ao nosso campo. Datada de 14 de novembro de 1810, é a sua **Descrição** por Francisco Antônio Marques Giraldes (107). Como salienta Raimundo Girão diversos engenheiros franceses participaram do seu estudo, como Pierre Florent Berthot, Amadé Ernest Barthélemy Mouchez e Émile Gengembre. "Berthot procedeu a detidos estudos a respeito das causas de nossa tortura portuária e demorou em Fortaleza quatro anos: de junho de 1858 a maio de 1862. Mouchez, o reputado astrônomo, Diretor do Observatório de Paris, legou-nos uma **Carte Routière de la Côte du Brésil, de l'Amazone à Ceará** e a **Carte Routière de la Côte du Brésil, de Ceará à Bahia**, além de outra, **La baie du Ceará,**

(99) — **Discurso** proferido na Câmara dos Deputados em 25 de agôsto de 1875 sôbre os limites do Ceará com o Piauí — Tip. de J. Villeneuve & Cia. — Rio de Janeiro — 1876.

(100) — **Limites entre o Ceará e o Piauhy,** discurso proferido na Câmara dos Deputados em 18 de agôsto de 1880 — Tip. Nacional — Rio de Janeiro — 1880 — 23 pp.

(101) — RIC — Tomo XXXV — 1921 — p. 156/159.

(102) — RIC — Tomo XXXV — 1921 — p. 141/145.

(103) — **Os limites do Ceará** na RIC — Tomo VII — 1893 — p. 122/228 e **O Ceará e seus limites** — RIC — Tomo LI — 1937 — p. 201/245.

(104) — **Explanação relativa aos limites do Ceará com o Rio Grande do Norte** — RIC — Tomo XIX — 1905 — p. 282/290.

(105) — RIC — Tomo XVIII — 1904 — p. 139/195.

(106) — **Vicissitudes da costa cearense** — RIC — Tomo LX — 1946 — p. 116/184.

(107) — RIC — Tomo XII — 1898 — p. 58/60.

adotada, como aquelas, pelo Almirantado Inglês. Gengembre fêz parte das duas Comissões de Açudes e Irrigações e revelou-se fervoroso propagandista do plantio da amoreira e da criação do bicho da sêda em nosso Estado (108)", idéia aliás já defendida por Jaguaribe Filho.

O problema portuário preocupa o engenheiro cearense Zózimo Bráulio Barroso em dois trabalhos (109), datados de 1870 e 1875, tendo também escrito sôbre o comércio estrangeiro e a imigração. Doutorando-se em engenharia pela Universidade de Cornell, em Ithaca, Estado de New York, o cearense Antônio Epaminondas da Frota versa sua tese sôbre **Portos com aplicação ao do Ceará.** São de 1875 os **Melhoramentos dos portos do Brasil, relatório de Sir John Hawkshaw,** com trechos relativos ao Ceará (110). De 1869, da autoria de Felipe Francisco Pereira, oficial de náutica com carta de pilôto e prático da costa do Norte do Brasil, é o **Esbôço do Ancoradouro do Ceará, mapa a côres e a bico de pena, 262x200mm,** cujo original estava no arquivo do Imperador Pedro II, como também publica em 1877 o **Roteiro da costa no norte do Brasil desde Maceió até o Pará** (111), nêle figurando as plantas da costa do Ceará e os planos das barras do Aracati até o Fortinho, do Acaraú até o pôrto das Cacimbas, da Granja até o pôrto de Camucim.

Os que trataram de economia rural tangenciaram também o campo geográfico. Assim o intrépido jornalista monárquico Antônio de Medeiros que em **Estudos Agrícolas** (112), antecipando-se ao momentoso tema da reforma agrária, bateu-se "pela organização da pequena propriedade, que com acêrto Rebouças qualificou de democracia rural, pela introdução de chins e coolis e pelo sistema da parceria e meiação" (113), sendo digno de nota também o médico cearense José Manoel Pereira Pacheco, o diligente fomentador da agricultura paraibana, autor das **Lições de Economia**

(108) — RAIMUNDO GIRÃO — **Geografia Estética de Fortaleza** — p. 254.

(109) — Vide BARÃO DE STUDART — **Diccionário Bio-Bibliográphico Cearense** — Vol. III — p. 225.

(110) — Tip. G. Leuzinger & Filhos — Rio de Janeiro — 1875 — 115 pp. Os trechos relativos ao Ceará na RIC — Tomo XXIII — 1909 — p. 183/188.

(111) — Tip. do «Jornal do Comércio» — Pernambuco — 1877 — 180 pp.

(112) — Tip. Espíndola, Siqueira & Cia. — S. Paulo — 1896 — 181 pp.

(113) — BARÃO DE STUDART — **Diccionário Bio-Bibliográphico Cearense** — Vol. I — p. 79.

Rural, publicadas em "O Instrutor", pertencente à imprensa daquele Estado.

11 — A BIBLIOGRAFIA DAS SÊCAS

Entretanto, a mais copiosa contribuição ao conhecimento do Ceará, da terra e da gente foi proporcionada pela extensa bibliografia sôbre as sêcas, suas causas e conseqüências, as soluções oferecidas para o problema pelos que dêle trataram, em maior ou menor grau de proficiência, desde os visitantes estrangeiros e os trabalhos do Senador Pompeu, Rodolfo Teófilo e Phelippe Guerra até os autores mais modernos, como Otto Quelle, professor da Universidade de Bonn (114).

Alguns abordaram o gravíssimo assunto com intitulações rebarbativas, tais como Álvaro Otacílio Nogueira Fernandes em **Etiologia Physiográphica das sêccas. Summa meteórica** (115) e **Amerásia ou Mesopotâmia Brasileira,** contraditado por Antônio Theodorico da Costa Filho (116). Outros, porém, como Joaquim Alves e Th. Pompeu Sobrinho na **História das Sêcas,** monografia 23 da monumental História do Ceará, patrocinada pelo Instituto do Ceará, fizeram-no da maneira mais cabal, sumariando pràticamente a totalidade da bibliografia incidente, a que fazemos remissão, dispensando-nos de maiores referências.

Realçamos apenas o complemento valioso das numerosas publicações da antiga Inspetoria Federal de Obras contra as Sêcas, referentes à botânica, clima, piscicultura, hidrologia, geologia, estatística, economia, agricultura, educação, condições sociais, estudos técnicos de engenharia, tudo referente ao Polígono Semi-Árido e cuja consulta é imprescindível aos que pesquisam a sua geografia econômica.

12 — AS MONOGRAFIAS LOCAIS

Como já destacamos anteriormente, um dos traços superiores da pesquisa e bibliografia geográfica do Ceará foi a relativa abundância dos estudos monográficos de porte

(114) — Revista **Ibero-Amerikanische Archiv** — Fasc. I do Ano III — março de 1929, transcrito na RIC — Tomo XLVII — 1933 — p. 226/236.

(115) — RIC — Tomo LI — 1937 — p. 163/166.

(116) — RIC — Tomo XXXV — 1921 — p. 334/338.

local e municipal, dos quais alinhamos mais de uma dúzia. Como em tantos outros aspectos das nossas cousas, a iniciativa do Barão de Studart foi modelar neste tocante. Devemos ao incansável pesquisador a **Descrição do Município de Barbalha,** uma notícia histórico-geográfica e econômica, referida ao ano de 1887 (117), e a **Descrição da comarca do Príncipe Imperial** (118), datada de 1889, sôbre a atual comarca de Crateús, informando sôbre clima, população e lavoura.

Alípio Luís Pereira da Silva deixou inédita uma **Monografia sôbre a Serra de Baturité** (119). Em 1888, o magistrado Álvaro Gurgel de Alencar traz a lume os **Apontamentos para a notícia da comarca de Viçosa** (120), sôbre os quais deu um honroso registro o 4º. Boletim da "Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro", embora alterando o nome do autor (121). Antônio Augusto de Vasconcelos, professor de geografia do Liceu do Ceará, elaborou **Município do Pereiro** (122), com informações sôbre a produção e propriedades rurais, inclusive, que, devido à sêca de 1877, ali surgiu a fabricação do sabão extraído da oiticica, expulsando do mercado o sabão importado. De Gil Amora é **O Município de Baturité. Crônica** (123), informando sôbre clima e agricultura.

De Antônio Bezerra de Menezes tivemos **Maranguape. Notas de viagem** (124), **Descrição da cidade de Fortaleza** (125), o melhor informe de 1895, **As Praias. Mocuripe. Barra do Pacheco** (126) e **Cariri** (127). Em 1900, as **Ligeiras notas sôbre o povoado do Pão de Assucar** (128), de Raimundo Nonato de Britto. Gustavo Horácio de Figueiredo, autor de uma **Planta da Cidade do Crato,** escreve a **Descrição da**

(117) — RIC — Tomo II — 1888 — p. 9/13.
(118) — RIC — Tomo III — 1889 — p. 198/203.
(119) — Vide BARÃO DE STUDART — «Diccionário» — Vol. I — p. 32.
(120) — Tip. Econômica — Fortaleza — 1888 — 94 pp.
(121) — Vide BARÃO DE STUDART — «Diccionário» — Vol. I — p. 35.
(122) — RIC — Tomo II — 1888 — p. 103/108 e 237/246.
(123) — RIC — Tomo III — 1889 — p. 177/197.
(124) — Tip. Econômica — Ceará — 1885.
(125) — RIC — Tomo IX — 1895 — p. 147/290.
(126) — RIC — Tomo XVI — 1902 — p. 94/100.
(127) — RIC — Tomo LXVIII — 1954 — p. 257/260.
(128) — Tip. — «A Cidade» — Sobral — 1900 — 17 pp.

Cidade do Crato em 1882 (129). Sôbre o Crato, teríamos ainda **Município do Crato. Comarca do mesmo nome. Estado do Ceará. Notas colhidas e observações feitas por um amigo da terra, em setembro de 1915** (130), de José Pinheiro Bezerra de Menezes, dando as coordenadas geográficas, população, produtos, os engenhos de rapadura, riquezas minerais, altitude, clima e salubridade.

Em maio de 1909, o jornal "A União" publica a **Geographia physica e política de Barbalha** (131), com dados econômicos e agrícolas. O Pe. Vicente Martins da Costa prepara a **Notícia histórico-corográfica da Comarca de Granja** (132), relatando sôbre o clima, colonização, limites, população, minas, produtos naturais, agricultura, comércio, vias de comunicação, rios, inclusive a introdução do gado vacum e cavalar pelo Pe. Ascenso Gago, em 1695 ou 1696, que era o Superior da Missão da Serra da Ibiapaba. Eusébio Néri Alves de Souza fornece a **Notícia geográphica, histórica e descritiva do Município de Quixeramobim** (133), com dados sôbre a população, produções, indústrias minerais, serras, rios e açudes.

Pedro Catão redige **Baturité. Subsídio geográfico, histórico e estatístico** (134), fazendo a corografia e estatística da comuna. O Pe. Fortunato Alves Linhares prepara os **Apontamentos para a história e corografia do município e cidade de Sobral** (135), descrevendo os acidentes geográficos, as riquezas do subsolo, a fauna, a flora, a pecuária, a indústria e o comércio. José Bonifácio de Souza escreve **Serra do Estevão** (136) e, mais recentemente, a excelente monografia **Quixadá — de fazenda à cidade** (137). Joaquim Alves tomou por tema **O vale do Cariri** (138), dando as características físicas, povoamento, população e vida econômica. E, finalmente, Abelardo Gurgel Costa Lima fêz a **Pequena Corografia do Município do Aracati** (139).

---

(129) — RIC — Tomo XX — 1906 — p. 313/320.
(130) — RIC — Tomo XXXII — 1918 — p. 152/168.
(131) — Transcrita na RIC — Tomo XXIV — 1910 — p. 130/133.
(132) — RIC — Tomos XXV, XXVI e XXIX.
(133) — RIC — Tomo XXVIII — 1914 — p. 191/261.
(134) — RIC — Tomo LI — 1937 — p. 49/99.
(135) — RIC — Tomo LV — 1941 — p. 234/251.
(136) — RIC — Tomo LXI 1947 — p. 5/44.
(137) — Edição do I.B.G.E. — Rio de Janeiro — 1960.
(138) — Editôra Instituto do Ceará — Fortaleza — 1946.
(139) — Tip. Minerva — Fortaleza — 1956.

13 — A CARTOGRAFIA ESTADUAL

O Barão de Studart procedeu ao inventário da cartografia cearense, na **Resenha de Cartas e Mappas do Ceará — Ligeira notícia** (140), **na Resenha de cartas, plantas e mapas do Ceará, Século XX** (141), que continua o anterior, como também em sua **Geographia do Ceará** faz a catalogação cartográfica, enumerando 162 verbêtes (142).

Compulsando-se as fontes citadas, evidencia-se a importância das informações econômicas inseridas na cartografia, especialmente em matéria de caminhos e comunicações, como nos trabalhos de Arthur Cyrillo Freire, Francisco Barbosa de Paula Pessoa ou do cratense João Gonçalves Dias Sobreira (143). Episódio comovente, na história da nossa cartografia, é o de José Pacheco Lima, o revolucionário de 1817, pilôto hidrográfico e geográfico aprovado pela Academia de Lisboa, que sacrificou seu modesto patrimônio no desejo de elaborar uma carta topográfica minuciosa da terra natal (144).

14 — A COROGRAFIA ESTADUAL

Postos à margem os trabalhos mencionados do Senador Pompeu, cuja atividade intelectual é prolongada até 1877, ano da sua morte e da grande sêca do século passado, em 1885, Alípio Luís Pereira da Silva, em **Considerações gerais sôbre as províncias do Ceará e Rio Grande do Norte** (145), aborda a nossa geografia, estudando as migrações, as sêcas e estabelecendo curiosas observações sôbre a geologia cearense, que Joaquim Alves comenta na **História das Sêcas.**

José Pompeu de Albuquerque Cavalcante, engenheiro militar, trouxe **O Ceará em 1887. Chorographia da Província**

---

(140) — Publicada na «Revista da Academia Cearense» de 1906, p. 65/136 e tirada à parte em folheto de 74 pp., na Tip. Minerva. em 1906. Sôbre êsse trabalho há um estudo do Prof. Sievers no **Geogr. Mitteilungen** do Dr. Petermann, 1909.

(141) — RIC — Tomo **XXXVI** — 1922 — p. 374/380.

(142) — RIC — Tomo **XXXVII** — 1923 — p. 336/384.

(143) — O mapa do Ceará organizado por Dias Sobreira foi reproduzido no livro **The State of Ceará. Brief Notes for the Exposition of Chicago** — Chicago — 1893, no govêrno de J. F. Bezerril Fontenelle.

(144) — Vide BARÃO DE STUDART — «Diccionário» — Vol. II — p. 179/184.

(145) — Tip. União de A. V. Coêlho da Rocha & Cia. — Rio — 1885.

do Ceará (146), portando nas últimas 81 pp. um Esbôço Histórico do Ceará, constando que deixou por terminar um **Diccionário geográphico e histórico do Ceará.** No mesmo ano, o professor cratense João Gonçalves Dias Sobreira publicava a primeira edição da **Geographia Especial do Ceará,** acompanhada de um pequeno mapa na edição seguinte, em 1888, seguindo-se as de 1894 e 1902.

Surge então a operosa contribuição de Tomás Pompeu de Souza Brasil, Filho, (147), como **População do Ceará** (148), **Rápida notícia sôbre o Ceará** (149), **O Ceará no comêço do século XX** (150) e **O Ceará no Centenário da Independência do Brasil** (151), além de outros de interêsse econômico sôbre a cana-de-açúcar, o algodão, a maniçoba e irrigação, sendo que **Irrigações no Ceará** (152) mereceu um comentário do professor L. Gallois nos **Annales de Gèographie,** dirigidos por Vidal de la Blache (153).

Álvaro Gurgel de Alencar organiza por ocasião do Tricentenário do Ceará, em 1903, o **Diccionário Geográphico, Histórico e Descritivo do Ceará** (154). Em 1904, no livro **O Brasil Actual,** Arthur Dias publica uma descrição do Ceará (155), com informações sôbre as atividades industriais, comércio, navegação, emigração, adiantando que a população feminina do Estado sobrepuja a masculina. Gustavo Barroso, em 1912, iniciando a sua festejada carreira literária, dá em **Terra de Sol,** além do intrínseco valor literário, um excelente esbôço antropogeográfico, talvez sob a inspiração recente da obra gigantesca de Euclides da Cunha.

O Barão de Studart, além do que foi citado ao correr desta monografia, contribui com a crítica de **A Chorographia do Brazil de Moreira Pinto na parte relativa à história do Ceará** (156), **Notas sôbre a linguagem e costumes do Ceará**

(146) — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1888 — 322 pp.
(147) — Filho do Senador Pompeu e um dos maiores vultos do Ceará.
(148) — RIC — Tomos, III, IV — 1889 e 1890.
(149) — Destinada à Exposição de Chicago — Tip. da «República» — Fortaleza — 1893 — 212 pp.
(150) — Tipo-Litografia a vapor — Fortaleza — 1909 — 779 pp.
(151) — Tip. Minerva — Fortaleza — 1922 — 2 vols.
(152) — Na «Revista da Academia Cearense» de 1902 — p. 69/121.
(153) — Vide BARÃO DE STUDART — **Diccionário** — Vol. III — p. 148.
(154) — Editor Louis C. Cholowiecki, Atelier Louis — Fortaleza — 1903 e reeditado pela Tip. Minerva — Fortaleza — 1939.
(155) — A descrição do Ceará foi transcrita na RIC — Tomo XXVII 1913 — p. 228/242.
(156) — Publicado no «Ceará Ilustrado», nº 2, de 1894.

(157), **Achegas à Geographia do Ceará** (158) e, sobretudo, com a sua **Geographia do Ceará** (159), contendo a geografia física do Estado e uma minuciosa notícia econômica. Menezes Pimentel Júnior preparou a **Corografia do Ceará** (160) e Joaquim Alves expõe em **A divisão do Ceará em regiões naturais** (161), por incumbência do Diretório Regional de Geografia, a compartimentação do Estado em Litoral, Serras Litorâneas, Uruburetama, Ibiapaba, Centro, Jaguaribe e Sul, ao todo sete regiões naturais a nossa subdivisão.

Entrando na seara da nossa geografia física, o Barão de Studart em **O Rio Ceará** (162) examina o problema de suas nascentes, retificando o Senador Pompeu, e procede à descrição dos seus afluentes. Tristão Franklim de Alencar Lima, em **Curso das Ravinas do Ceará** (163), aceita esta terminologia para os nossos cursos fluviais, proposta por Beaurepaire — Rohan, dividindo-os em seis grupos hidrográficos. José Pinheiro, em **Barras em Soure** (164), trata das barragens naturais dos rios Juá, Cauípe e Periquara.

O problema das barragens naturais dos rios Cauípe, Ceará e Catu é retomado em **Os lagos costeiros do Ceará** (165) por Raymundo Francisco Ribeiro, cogitando do seu aproveitamento para suprir Fortaleza e trata da sua piscosidade. E o engenheiro militar José Pinheiro Bezerra de Menezes abordaria a nossa geologia em **Maravilhas Naturais da América ou Discurso geológico sôbre a América e especialmente sôbre o Ceará** (166).

15 — A GEOGRAFIA ECONÔMICA CEARENSE

O primeiro trabalho que aparece no Ceará sob a rubrica de geografia econômica foi o pequeno ensaio da autoria de

(157) — «Revista Lusitana» de 1892, dirigida por Leite de Vasconcelos.

(158) — RIC — 1906 — Tomo XX — p. 220/228.

(159) — RIC — Tomos XXXVII e XXXVIII, 1923 e 1924, escrita por solicitação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

(160) — Editores J. R. de Oliveira & Cia. — Rio de Janeiro — 1935.

(161) — RIC — Tomo LXV — 1951 — p. 134/138.

(162) — RIC — Tomo III — 1889 — p. 51/53.

(163) — RIC — Tomo III — 1889 — p. 54/56.

(164) — RIC — Tomo XVI — 1902 — p. 83/88.

(165) — RIC — Tomo XXXIV — 1920 — p. 225/230.

(166) — Tip. Minerva — 1901 — Fortaleza — 31 pp.

Francisco Alves de Andrade (167), acentuando sobretudo o aspecto pastoril da nossa vida econômica, seguindo-se Guilherme de Souza Pinto em **Geographia Econômica do Ceará. As Sêccas de 1931 a 1933,** fornecendo dados estatísticos sôbre a produção, exportação e prejuízos causados pelo fenômeno clímico (168).

É certo, porém, que a geografia econômica, "sem dúvida alguma a mais reclamada para os nossos destinos" (169), tivera a sua prospecção iniciada desde o Senador Pompeu, em trabalhos anteriormente enumerados, feitos com a maestria permitida pelas condições da época. Outros navegariam na esteira dos problemas geo-econômicos, especialmente os que respeitam à irrigação e açudagem, a canalização do São Francisco ao Jaguaribe, o aproveitamento da energia eólia pelo uso dos **cataventos,** os produtos vegetais, o pastoreio, a pesca, a mineralogia econômica, o comércio e as vias de comunicação.

A interligação das bacias são-franciscana e jaguaribana, como uma das soluções no combate às sêcas, surge desde o período colonial, pois Tristão de Alencar Araripe recorda em discurso parlamentar que os estudos do projeto já tinham sido autorizados por D. João VI no Brasil (170), servindo de canal o vale do Pajeú ou o Riacho da Brígida, em território pernambucano, e o rio Salgado, em território cearense, atingindo com êste o curso jaguaribano.

Foi, porém, Marco de Macedo quem primeiro fêz observações no local, traçou o mapa da região cortada pelo canal, em trabalho pràticamente hoje desaparecido, cujas referências obtemos nos trabalhos de Domingos Jaguaribe e Tristão Franklim de Alencar Lima, segundo os quais fôra apresentado em 1847, mais ou menos, quando o autor seguira para a Côrte como suplente de deputado-geral.

A tese seria defendida posteriormente por Raja Gabaglia, André Rebouças, Viriato de Medeiros, Tristão de Alencar Araripe e muitos outros. Coube, porém, a Domingos Jaguaribe Filho e Tristão Franklim de Alencar Lima a realização de estudos mais minudentes sôbre a gigantêsca proposição ofe-

(167) — Revista «Synthese», nº 2 — Fortaleza — 1935.

(168) — RIC — Tomo LII — 1938 — p. 17/34.

(169) — **Discurso de Posse** de Waldery Uchôa, na RIC — Tomo LXXI — 1957 — p. 200.

(170) — Discurso na Câmara dos Deputados em 27 de junho de 1877.

recida por Marco de Macêdo, em **Contribuição para a Canalização do Rio S. Francisco ao Rio Jaguaribe** (171), acompanhado do mapa dos estudos feitos no local pelo Dr. Tristão F. de Alencar Lima. Causa-nos surprêsa que nos debates travados na Câmara do Império sôbre o assunto, solução aliás combatida pelo engenheiro José Américo dos Santos (172), a ela se opusesse também o deputado Leandro Ratisbonna, inteligência culta e filho da região, sempre baseados os opositores no empecilho da Chapada do Araripe e na inexistência de gargantas que permitissem o traçado do canal, cousa que o estudo de campo teria respondido em definitivo.

O engenheiro Pompeu Ferreira da Ponte escreveu os **Ensaios sôbre irrigação agrícola na Província do Ceará** (173), no qual alude ao uso dos **cataventos** — uma utilização da energia eólia — hoje tão difundida no baixo e médio Jaguaribe, que assim nos traz à mente a lembrança dos **polders** flamengos com os seus moinhos de vento. O problema irrigatório é debatido por Tomás Pompeu de Souza Brasil, Filho (174). É analisado por Patrick O'Meara, engenheiro irlandês, em **Irrigation of the Jaguaribe Valley** (175), estudando as planícies aluviônicas do Icó, Russas e Limoeiro, a ligação com o S. Francisco e os resultados da irrigação no Ceará, comparados com o que se fêz no Egito e na Índia, propondo modificações nos planos de J. J. Révy, que presidira a comissão de 1881, encarregada dos estudos sôbre irrigação. Em **Breve notícia do valle do Jaguaribe** (176) e **O valle do rio Salgado e sua irrigação** (177), Raymundo Francisco Ribeiro discute a construção de ferrovias, portos, a carnaubeira, o algodão, a pecuária e a adjudicação econômica do Jaguaribe ao comércio da praça de Mossoró, no vizinho Rio Grande do Norte.

A produção vegetal recebe a análise de vários estudiosos.

---

(171) — Imp. Gustave Fischlin, Rue des Gendres — 3/5 — Bruxelles — 1894 — 40 pp.

(172) — **As Sêccas do Norte do Brasil** — Tip Machado & Cia. — Rio de Janeiro — 1883.

(173) — Tip. J. D. Oliveira — Rio de Janeiro — 1884 — 62 pp.

(174) — **Vantagens dos trabalhos de irrigação no Ceará** — Fortaleza — 1892 — e **Irrigações no Ceará** na «Revista da Academia Cearense» de 1902 — p. 69/121.

(175) — RIC — Tomo XXXII — 1918 — p. 91/119 e também publicada no «Diário Oficial», em 1917.

(176) — RIC — Tomo XXXIV — 1920 — p. 331/350.

(177) — RIC — Tomo XXXV — 1921 — p. 146/151.

A **Memória sôbre o plantio da maniçoba** (178) de Tomás Pompeu de Souza Brasil, Filho, é seguida do estudo sôbre **Borracha da Maniçoba** de Charles Naudin (179). Domingos Jaguaribe Filho lembra **O Plantio da Amoreira no Ceará** (180) como início da sua riqueza industrial e agente modificador do clima. O Barão de Studart faz as **Ligeiras notas sôbre o café no Estado do Ceará** (181), indicando as variedades cultivadas, as zonas de plantio, adubação e poda, colheita, beneficiamento e prazos, exportação. O café é ainda o tema principal de José Stênio Lopes em **Notas sôbre a decadência econômica da Serra de Baturité** (182). João Cordeiro cuida de **O coqueiro e suas indústrias** (183). Tomás Pompeu, Filho, redige ainda a **Memória sôbre a cultura da cana de açucar no Ceará** (184) e **A Cultura do Algodão** (1916). Elpídio Lima, em **Produção e Fiscalização da Cêra de Carnaúba** (185), e Joaquim Juarez Furtado, em **Contribuição ao estudo da Cêra de Carnaúba** (186), tratam do principal produto extrativo do Estado.

A atividade pastoril é objeto do estudo de José Luís de Castro **A pecuária no Ceará** (187), debatendo a importação de novas raças e sua adaptação ecológica e opinando pela excelência do gado Hereford. Renato Braga, em **Um capítulo esquecido da economia pastoril do Nordeste** (188), história a indústria da carne sêca, do charque, trasladada do Aracati e do Baixo Jaguaribe para o Rio Grande do Sul por José Pinto Martins em 1780, que ali estabeleceu a primeira charqueada, ao redor da qual surgiu a cidade de Pelotas. Francisco Alves de Andrade examina exautivamente o tema pastoril em **Agropecuária e Desenvolvimento do Nordeste** (189), como o debate

(178) — Tip. Studart — Fortaleza, reproduzido no «Jornal do Comércio» do Rio de Janeiro.
(179) — Publicado na «Revue des Cultures Coloniales» e transcrito na RIC — Tomo XV — 1901 — p. 110/113.
(180) — Tip. J. B. Endrizzi & Cia. — S. Paulo — 1897 — 36 pp.
(181) — RIC — Tomo XLII — 1928 — p. 93/102.
(182) — Editôra Instituto do Ceará — Fortaleza — 1949.
(183) — Tip. A. C. Mendes — Fortaleza — 1913.
(184) — De 1904, apresentada ao Congresso Açucareiro de Recife.
(185) — Tip. Moraes — Fortaleza — 1945.
(186) — Tip. Moraes — Fortaleza — 1945.
(187) — RIC — Tomo XXVI — 1912 — p. 132/142.
(188) — «Cultura Política» — Ano IV — nº 38, março de 1944 — Rio de Janeiro, transcrito na RIC — Tomo LXI — 1947 — p. 149/162.
(189) — Imprensa Universitária do Ceará — 1960.

ainda em **A reforma Agrária no Polígono das Sêcas** (190). Por sua vez, Irineu Pinheiro, em **Poços d'águas perenes e pescarias com tinguijamento** (191), descreve a pesca com raspa de tingui.

A geologia econômica rasga por sua vez um largo título bibliográfico. Marco Antônio de Macedo procedeu à **Descrição dos terrenos carboníferos da Comarca do Crato** (192). O Barão de Studart informa sôbre as minas de ouro de S. José dos Cariris (193), apontando-as como a preocupação dominante na segunda metade do século XVIII por parte da administração da Capitania. Virgílio Brígido, professor de geografia, redige **Mineral resources of Ceará** (194). Alfredo de Carvalho em **Minas de Ouro e Prata no Brasil oriental, Explorações hollandezas no século XVII** (195) refere as tentativas flamengas. Sílvio Fróes de Abreu, em **O Salitre no Ceará** (196), **O Titânio no Ceará** (197), mas sobretudo em **Schisto bituminoso da chapada do Araripe. Ceará** (198) e **Sôbre a gênese dum schisto betuminoso** (199), discute as observações anteriores, aludindo aos aspectos econômicos da questão dos xistos betuminosos do Cariri que julga com possibilidade de resolver o problema de combustível local para as indústrias e transportes. Horace Elbert William em **Ouro no Ceará** (200) julgou promissor o futuro da nossa mineração, cujos recursos observou na viagem de 1917. Raymundo Heráclito de Carvalho (201) e Eusébio de Souza (202) tratam das minas de ouro do Ipu, em Bom Jesus e Juré.

O comércio foi cogitado por João Brígido dos Santos em **A Capitania do Ceará. Seu comércio** (203), destacando o

(190) — Imprensa Oficial do Ceará — 1959.
(191) — RIC — Tomo LVI — 1942 — p. 240/243.
(192) — RIC — Tomo XIII — 1899 — p. 107/113. Datado do Crato em 8 de Janeiro de 1855, foi publicado antes no «Diário de Pernambuco».
(193) — RIC — Tomo VI — 1892 — p. 73/114 e 3/62, tirados a parte pela Tip. Econômica — Fortaleza — 1892.
(194) — «Brazilian Mining Review», — p. 93/94, Rio, July, 1903.
(195) — RIC — Tomo XX — 1906 — p. 96/111.
(196) — RIC — Tomo XXXVI — 1922 — p. 172/177.
(197) — RIC — Tomo XXXVI — 1922 — p. 219/224.
(198) — RIC — Tomo XXXVIII — 1924 — p. 363/377.
(199) — RIC — Tomo XL — 1926 — p. 12/19.
(200) — Publicado no «Jornal do Comércio» de 19/2/1933 e transcrito na RIC — Tomo XLVII — 1933 — p. 185/192.
(201) — RIC — Tomo XV — 1901 — p. 113/117.
(202) — RIC — Tomo XXXII — 1918 — p. 14/26.
(203) — RIC — Tomo XXIV — 1910 — p. 172/185.

papel distribuidor dos portos de Aracati e Acaraú, no litoral, e de Icó no sertão, e por Carlos Studart Filho em **Primitivo comércio marítimo do Ceará** (204). Tomás Pompeu de Souza Brasil, Filho, aborda em **Comércio e Indústria do Ceará** (205) e **Importância da vida humana como fator da riqueza** (206) questões relevantes da nossa economia. E ainda Carlos Studart estuda os caminhos coloniais em **Vias de comunicação do Ceará colonial** (207).

16 — A INVESTIGAÇÃO GEOGRÁFICA NO SÉCULO XX

No decurso da atual centúria, a linha investigadora da geografia cearense continua em franco desdobramento, graças não sòmente aos estudiosos isolados, mas também às instituições culturais e serviços públicos interessados nesta temática. Permanece em atividade o Instituto do Ceará, com suas excelentes publicações. Funda-se em 1935 a Sociedade Cearense de Geografia e História, cuja magnífica revista, após vários tomos, encontra-se lamentàvelmente paralisada. Cria-se o Instituto do Nordeste no decênio de 1940-1950. A instalação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística permite o aparecimento na "Revista Brasileira de Geografia" e no "Boletim Geográfico" de avantajadas monografias que interessam às cousas cearenses. Por outro lado, o Banco do Nordeste S/A, o Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas, o Conselho Estadual de Economia, a Comissão do Desenvolvimento do Planalto da Ibiapaba (CODEPI) e outros são serviços públicos cujas publicações interessam de perto ao estudioso da geografia econômica cearense.

Os trabalhos dos investigadores isolados continuaram vindo à lume, objetivando a geografia ou matéria afim, chancelados por Carlos Studart Filho (**Fundamentos geográficos e históricos do Estado do Maranhão**), Renato Braga (**Dicionário das plantas do Ceará**), Joaquim Alves (**Nas fronteiras do Nordeste**), Raimundo Girão (**Geografia Estética de Fortaleza**), Pe. Rodolfo Ferreira da Cunha (**O Vale do**

(204) — RIC — Tomo LI — 1937 — p. 309/314.

(205) — Em apenso ao Relatório do Presidente Barradas, 1885.

(206) — Um estudo sôbre o desenvolvimento da população de Fortaleza na «Revista da Academia Cearense» de 1896.

(207) — RIC — Tomo LI — 1937 — p. 15/47.

Jaguaribe — 1921), Waldery Uchôa (**Fortaleza** — 1946), Guimarães Duque (**Água e Solo no Polígono das Sêcas** — 1949), Dom Antônio de Almeida Lustosa (**Notas a Lápis** — 1950), Guarino Alves (**Janela Para o Nordeste** — 1960), José Salles (**Nordeste e Sêcas** — 1948), Mozart Soriano Aderaldo (**Colonização das terras devolutas do Ceará** — 1949), Abelardo F. Montenegro (**Ceará** — 1953), Augusto Benevides (**Os sertões de Mombaça**), Aurélia Monteiro (**A Geografia, a Terra e o Homem**), Parsifal Barroso (**O problema niquelúrgico no Brasil**), Florival Seraine (**Contribuição à toponímia cearense**), Clodoaldo Pinto (**Municípios Cearenses extintos**).

Amplie-se a alongada enumeração com Raimundo Aristides Ribeiro (**Relêvo da América do Sul** — 1951), Caio Lóssio Botelho (**Geoclimorfologia no tempo e no espaço** — 1959 e **A Geopolítica e o Brasil em face desta ciência** — 1961), Manoel Lima Soares (**A População no Tempo e no Espaço** — 1957), José Waldo Ribeiro Ramos (**Comoções Telúricas e Paroxismos Vulcânicos**), Tancredo Moraes (**Sinopse histórica e antropogeográfica do Estado do Ceará**), em preparo, Pimentel Gomes (**Contribuição ao estudo da ecologia nordestina**), Hildebrando Espínola em pesquisas sôbre a propriedade territorial, Colombo de Souza sôbre a eletrificação do Cariri, Rachel Caldas Lins e Gilberto Osório de Andrade (**Os rios da carnaúba**), Pedro Ferreira, o estudioso da Ibiapaba, João Hipólito Campos de Oliveira, Almir Caiado Fraga, José Aurélio Câmara, Domingos Braga Barroso, Jáder de Carvalho. José de Figueirêdo Filho.

Sobreleva, porém, o labor de meio-século de Tomás Pompeu Sobrinho, hoje à frente do Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará, cujas pesquisas, à semelhança do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais da Universidade do Recife, despertam interêsse profundo aos estudiosos da geografia regional. Pompeu Sobrinho alinha a mais vasta pesquisa e bibliografia sôbre o Ceará, nos últimos decênios, especialmente no aspecto antropológico e geográfico, registrando-se nêste os ensaios **O nosso problema econômico, A Cultura Sêcca e o Ceará**, artigos de 1914, **Meios de desenvolver a indústria pastoril no Ceará** — 1915, **Florestamento e Reflorestamento, Alguns aspectos da geografia humana cearense, Estrutura geológica do Ceará, Noções estratigráficas e geogenia, O homem do Nordeste, O mapa de Pero Coêlho, O Nordeste e as suas feições geográficas mais características,**

Parênthese geographico, Povoamento do Nordeste Brasileiro, Topônimos indígenas dos séculos XVI e XVII na costa cearense, Vicissitudes da costa cearense, Fatôres geográficos da autonomia nacional (208), além de outros do mais altc quilate, versando a história e a antropologia do Ceará e projetando-o como o de mais subido valor entre os conhecedores do nosso Estado.

17 — A TRADIÇÃO PASTORIL

Nasceu o Ceará à base da pecuária, do pastoreio, que será até os dias atuais a pedra angular das nossas atividades econômicas, sustentáculo da maior parte das populações sertanejas. Conta João Brígido que "já em 1647, no vale do Jaguaribe, se faziam grandes suprimentos de gado ao exército de João Fernandes Vieira. Uma partida, conduzida por João Barbosa Pinto, se compunha de 700 bois" (209) e que no comêço do século XVIII (1719) havia fazendas, nos arredores do Icó, que possuíam 4.000 cabeças de gado. Em 1780, já eram 972 fazendas as existentes na Capitania. Foi esta abundância nos rebanhos que permitiu o aparecimento das charqueadas, as chamadas **oficinas** da indústria saladeril, localizadas no Aracati, Granja, Camucim, Acaraú e Coreaú, nos sertões mais próximos à orla litorânea, pela facilidade da exportação, liquidadas pelas sêcas de 1790-1792. Era o apogeu do ciclo do couro de Capistrano de Abreu, a ponto de Teodoro Sampaio considerar o nome **caracu**, dado ao rebanho comum, como uma corruptela de Acaraú.

A lavoura, de caráter subsistencial, era uma atividade ancilar, supletiva. "Tôda a vida da fazenda se desenvolvia em tôrno de sua própria finalidade: o gado. A lavoura nada mais servia que para atender, supletivamente, às necessidades de quantos nela se ocupavam", informa Raimundo Girão (210), diretriz que mais ou menos permanece até hoje. Culturas alimentares, algodão, cana-de-açúcar para o fabrico da rapadura nas adjacências de Fortaleza e no Cariri e, surpreende-nos a notícia, um pouco de trigo, segundo as infor-

(208) — Publicados na imprensa e especialmente, na «Revista do Instituto do Ceará», em diversos tomos.

(209) — JOÃO BRÍGIDO — **Ceará, Homens e Fatos** — p. 129, op. cit.

(210) — RAIMUNDO GIRÃO — **Pequena História do Ceará** — p. 92, op. cit.

mações do Governador Montaury (211), constituem a incipiente agricultura dos roçados e vazantes dos rios.

É que, como no século seguinte observava Marco de Macedo, "os habitantes deixam de aplicar-se à agricultura, não pela esterilidade dos terrenos mas pela escassez das chuvas. Ao contrário, a fertilidade é tão prodigiosa que muitas vêzes uma só chuva no ano é suficiente para fazer prosperar a indústria pastoril, única ocupação séria dêsses povos centrais, e mesmo fazer vegetar suas pequenas roças de milho e outros legumes. É a indústria pastoril que constituí tôda a riqueza dêsses lugares" (212).

O quadro geoeconômico esboçado pelas condições climatéricas desde o período colonial não se modificou até o presente, e supomos que jamais será modificado totalmente, isto é, possamos transformar o Ceará num vergel agrícola e fazer da lavoura a pilastra da nossa economia, sejam quais forem as medidas preconizadas no combate às sêcas, a partir da açudagem e irrigação até o reflorestamento, o combate à erosão e à fuga da umidade pela agricultura conservadorista, as puras soluções da engenharia e da agronomia.

É certo que muito poderemos fazer pelo melhoramento da agricultura cearense e ela evoluirá para um estágio tècnicamente mais avançado que o atual, herdado da fase colonial, e formulamos os nossos votos que assim se proceda. Longe, porém, o sonho de um Ceará agricultado do Cariri ao Atlântico, do Apodi à Ibiapaba, pois isto só constituiria uma realidade se fôsse viável a completa irrigação da terra, o que "é uma tentativa infrutífera" (213).

Os cálculos de Guimarães Duque (214), aceitos por Hilgard O'Reilly Sternberg (215), evidenciam que, construída tôda a rêde de açudes e canais permitida pela topografia regional, apenas 1% do território cearense seria beneficiado pela irrigação por gravidade, num total de 150.000 hectares no Ceará e 800.000 para todo o Nordeste, limite aliás teórico

(211) — BARÃO DE STUDART — **Azevedo Montaury e seu govêrno no Ceará** — na RIC — Tomo V — 1891 — p. 5/81.

(212) — MARCO DE MACÊDO — **Observações sôbre as Sêccas do Ceará** Stugart (Alemanha) — 1871 — p. 65.

(213) — CRISTÓVÃO DANTAS — **A Lavoura Sêca no Rio Grande do Norte: Aspectos Econômicos** — Tip. Natalense Ltda. — Natal — 1921 — p. 9.

(214) — Em **Solo e Água no Polígono das Sêcas** — Tip. Minerva — Fortaleza — 1949.

(215) — Em **Aspectos da Sêca de 1951, no Ceará** — I.B.G.E. — 1953.

dada a impossibilidade de armazenar todo o deflúvio pluvial caído no Ceará e no Nordeste. Tomás Pompeu Sobrinho (216), embora mais otimista que os anteriores, confessa que em 1911 julgava o Ceará poder contar com um milhão de hectares irrigados, mas os estudos de campo a que procedeu reduziram suas esperanças para o limite mais modesto de 230.000 hectares.

Vê-se que, mesmo descontando as áreas mais úmidas do litoral, das serras, dos vales úmidos, como o Cariri, a estreita fímbria das vazantes dos rios, acrescida das bacias de irrigação dos açudes, a maior parcela da superfície cearense, quiçá mais de 90%, continuaria desprovida de reservas d'água em condições favoráveis à lavoura, mesmo atenuado o **deficit** pelas práticas da agricultura conservadorista de proteção ao solo. Persistiria a questão de sua **land utilization**, o aproveitamento econômico da imensa parcela restante.

"A irrigação, por mais que se alargue, conquistando novos terrenos, não se pode estender a tôda a região nordestina. Permanecerão os alongados tratos de solos que não serão atingidos pelas toalhas líquidas" (217), sendo de notar que ela beneficia sòmente as terras de jusante e marginais, indiferente às de montante. Surgiria uma sorte de vácuos geo-econômicos que cumpre preencher, o que só será possível com atividades condizentes com a moldura ecológica, tais como a pecuária e a lavoura de resistência das culturas xerófilas, produtoras de matéria-prima para fins industriais, destinadas ao mercado interno nacional ou à exportação, e ainda assim num caráter de complementaridade econômica.

18 — O SONHO DA MINERAÇÃO

Carlos Studart Filho (218) aponta a "secreta esperança de descobrir as riquezas auríferas" do Jaguaribe como tendo sido o motivo da expedição pioneira de Pero Coelho de Souza, em 1603, que marca o devassamento do Ceará. José Aurélio Câmara documenta que a ocupação flamenga em 1637

(216) — Em **História das Sêcas** — Monografia 23 da História do Ceará — Editôra A. Batista Fontenelle — Fortaleza — 1953 — p. 129.

(217) — CRISTÓVÃO DANTAS — op. cit. — p. 70.

(218) — CARLOS STUDART FILHO — **O Antigo Estado do Maranhão e suas Capitanias Feudais** — op. cit. — p. 70.

"visava em primeira instância a descoberta e posse das salinas, o que vale dizer: o suprimento do sal, artigo então obtido pelos holandêses em penosas e difíceis condições. Já em 1649 era outra a finalidade da expedição de Mathias Beck: era agora a mineração, o sonho do ouro e da prata, a ilusão das minas ardendo no cérebro do nórdico ambicioso e sonhador" (219).

Esta aspiração mineira permanece ao longo da nossa história e fornece um tema constante no rol bibliográfico da geografia cearense. Sucedem-se as tentativas de prata em Ubajara (1739-1745), as de ouro nos Cariris Novos (1752--1758) e Lavras da Mangabeira, os estudos e pesquisas do naturalista Feijó, no comêço do século XIX, as minas de cobre de Viçosa, objeto de longa questão judiciária do Barão de Ibiapaba, as minas do Ipu, as do Coxá em Aurora, quereladas pelo Pe. Cícero Romão Batista e pelo Cel. J. F. Alves Teixeira, o ferro de Chaval, o surto mineiro durante a última grande guerra (1939-1945). Renato Braga alude como razão da escolha do Ceará para ponto inicial dos trabalhos da Comissão Científica de Exploração de 1859 as suas supostas riquezas minerais (200), num retrocesso ao espírito de cobiça e fortuna fácil que gerou o bandeirismo paulistano, tão vivo ainda no seio popular, como assinala Vianna Moog (221). A imaginação fantasiosa do Pe. Francisco Teles de Menezes, no manuscrito **Lamentação Brasílica** e autor do **Mapa Curioso de Novo Descoberto,** propagava que "havia tanta prata na ladeira de Ubajara que os índios a derretiam como caieiras, deitando lenha em cima".

Entretanto, dos nossos recursos minerais sòmente o primeiro explorado desde a invasão holandesa, o sal marinho, aliás com seguras vinculações à economia pastoril, granjeou continuidade, afirmando-se a indústria salineira como um dos setores permanentes da economia cearense, sôbre a qual já se projetavam as vistas governamentais pela Carta Régia sôbre salinas do Ceará, datada de 27 de setembro de 1808 (222). A restante mineração cearense continuou sempre em

(219) — Em **Aspectos do Domínio Holandês no Ceará** — Imprensa Universitária do Ceará — 1957 — p. 3.

(220) — RENATO BRAGA — **História da Comissão Científica de Exploração** — op. cit. — p. 37/39.

(221) — Em **Bandeirantes e Pioneiros** — Editôra Globo — P. Alegre — 1956.

(222) — RIC — Tomo VI — 1892 — p. 185.

ritmo espasmódico, manifesto em surtos esporádicos, como ocorreu no período de 1939-1945.

É que a demanda inicial voltava-se para os metais raros e preciosos e faltavam-nos a técnica e o capital precisos para enfrentar o problema dentro das nossas contigências, como ainda hoje escasseiam. O equívoco deve ser desfeito, modernamente, ao volvermos a atenção para os recursos minerais com aplicação industrial, tais como o sal, o xisto betuminoso, o ferro, o cobre, o molibdeno, o rutilo (titânio), os nitratos, o calcário. a diatomita, a magnesita, a gipsita (gêsso), a grafita, o berilo e a ambligonita (223).

Em monografia anterior da nossa autoria (224) defendíamos a necessidade do Ceará em "abrir caminho para se transformar em um novo distrito mineiro, realidade nova da economia cearense" e preconizávamos o imperativo da criação de um serviço estadual para a geologia e produção mineral, medida que, parece, o poder público está procurando atender na última reforma da estrutura administrativa do Estado, ora em tramitação legislativa, respondendo a um dos mais prementes objetivos do desenvolvimento econômico desta área, cujas formações arqueanas e algonquianas poderão proporcionar valiosas jazidas de minérios de alto teor para o nosso progresso industrial.

19 — A PERSPECTIVA INDUSTRIAL

Delineia-se agora para o Ceará a perspectiva da sua industrialização, desaguadouro em que é forçoso desembocar o incremento das atividades primárias da coleta, da lavoura, da pecuária e da mineração, sob pena de permanecermos em conjuntura subdesenvolvida. É óbvio que a industrialização pressupõe capitais, transportes, técnica, matérias-primas, mercados consumidores, mas, sobretudo, a premissa da energia barata, fácil e abundante, cuja possibilidade sentou o primeiro marco com o promissor fornecimento de energia da CHESF (Paulo Afonso) ao Cariri, nos últimos dias de 1961.

---

(223) — S. FRÓIS DE ABREU — **Fundamentos Geográficos da Mineração Brasileira** — I.B.G.E. — 1945.

(224) — Em **Fundamentos da Administração Cearense** — Tip. Minerva — 1946 — p. 42.

Acreditamos ser êste o pressuposto básico do progresso industrial: a criação mais ampla possível de uma completa rêde de suprimento energético para todo o Estado. Não seria descabido aludir ao que neste tocante poderiam colaborar as barragens já construídas e, em futuro mais remoto, consoante o progresso técnico-científico, o aproveitamento de outras fontes naturais de energia, como o calor solar, o alto desnível das marés na costa nordestina, além da energia éolia já utilizada em pequena escala. Só o desnível das marés, segundo lemos alhures, no Gólfão Maranhense, onde atingem o máximo da costa setentrional, cêrca de 8 metros, permitiria a instalação de uma central elétrica com produção de .... 1.000.000 kw.

A ser empreendida, a industrialização do Ceará deverá guardar o que preceitua João Pereira Bastos que, "tirando uma meia-dúzia de casos, de grandes emprêsas indispensáveis, são talvez a pequena indústria, principalmente a da preparação de produtos agrícolas semitratados e a de implementos úteis à agricultura, bem como as múltiplas atividades de um artesanato cheio de motivos para existir, que mais convirão ao Nordeste" (225), uma diretriz e uma meta que subscrevemos plenamente.

A industrialização é, pois, um objetivo impôsto pelas condições geográficas e econômicas da região. "Não devemos perdurar como uma região de economia unitária, mas desenvolver uma economia mista, em que se coordenem as atividades pastoris, agrícolas, extrativas, industriais e mercantis, uma síntese que supere o monismo econômico" (226), pois não é possível permanecer o Ceará baseando "a sua economia na produção agrícola, principalmente na chamada agricultura de subsistência, estreitamente condicionada a chuvas estacionais", como ensinou Josaphat Linhares (227).

20 — A ECONOMIA E O DESERTO

Tocamos aqui o ponto crucial da questão, qual seja a maneira mais concreta de solucionar o impacto econômico

(225) — JOAO PEREIRA BASTOS — **O Futuro do Polígono das Sêcas** — Livraria Progresso Editôra — Bahia — 1957 — p. 113.

(226) — JOSÉ DENIZARD MACÊDO DE ALCANTARA — **Fundamentos da Administração Cearense** — op. cit. — p. 42.

(227) — JOSAPHAT LINHARES — **O Desenvolvimento Econômico do Nordeste** — Impresa Universitária do Ceará — 1957 — p. 67.

das sêcas, com todo o seu cortejo de implicações sócio-culturais. Trata-se de dotar a região de uma estrutura econômica imune ao máximo das conseqüências da catástrofe climática. Isto só será possível com as atividades produtivas que escapam ao impacto direto, como a mineração e a indústria, ou aquelas sôbre as quais êle desce atenuado pelas circunstâncias específicas, tais como a pecuária e as culturas industriais de plantas xerófitas, o que não ocorre com a agricultura de subsistência, à base de culturas alimentares, exceto, é claro, nos tratos de umidade natural ou irrigados.

Insistir nesta base econômica é um desperdício imperdoável de trabalho, capital e tempo. Porque — observa Stefan H. Robock — a programação do desenvolvimento econômico da área sêca tem como objetivo final "não lutar contra o fenômeno da sêca, **per se**, mas manter e melhorar o bem-estar social e econômico do povo da região. Por exemplo, programas orientados para a expansão dos setores industrial e da mineração da economia regional ocasionarão transferências de emprêgo, tornando o bem-estar do povo menos vulnerável ao fenômeno da sêca. Ao mesmo tempo, tais programas aumentam a renda e a produtividade econômica de muitos operários saídos da agricultura" (228).

Só modificando a estrutura econômica, retocamos e alteramos a paisagem social da terra e da gente. Uma estrutura montada, fundamentalmente, nos alicerces da indústria, da mineração, da pecuária e das culturas xerófilas, figurando as culturas alimentares de subsistência como subsídio complementar da economia estadual. O problema das sêcas, nos seus efeitos, converte-se num tema de estruturação econômica, ultrapassadas as soluções limitadas da engenharia e da agronomia, que caracterizavam as respostas dadas pelos estudiosos até bem pouco tempo, para ganhar as fronteiras da ciência econômica e da geografia, tornando audível a palavra dos economistas e dos geógrafos no encaminhamento das soluções requeridas.

Pecuária, mineração, culturas xerófitas, indústrias, eis o esquema que indicamos como estrutura econômica. Aliás, quanto às duas primeiras, observamos que "os desertos têm sido aproveitados pela atividade humana como zonas de

(228) — Em **Aspectos Regionais do Desenvolvimento Econômico — Uma Experiência no Nordeste do Brasil** — p. 21.

criação de gado, ou de mineração" (229), a exemplo da metalurgia do bronze nas velhas civilizações do Egito e da Mesopotâmia, os nitratos do Atacama, os minérios do Oeste norte-americano e da Austrália, dos desertos africanos e asiáticos, o petróleo da Patagônia e até dos desolados desertos frios das zonas polares. Firmam-se, pecuária e mineração, como as feições mais características da economia nas regiões dos climas áridos e semi-áridos, que só sobrepujam o primarismo dêste estágio sócio-econômico quando o progresso da técnica e da ciência rasga a estrada franca para as indústrias de transformação.

Não podemos prescindir de analogias desta ordem, já recordadas por Milton Underdown (230), mesmo porque o princípio da analogia, aplicado por Ritter como por Vidal de la Blache, tem validade científica no nosso campo como método de estudo e trabalho, embora não implique na identificação de problemas pertinentes à cada área, sujeita às diversas cambiantes geográficas, econômicas, sociais e históricas.

Em síntese, a adotar o Ceará uma programação econômica, — que será também um planejamento regional (e aqui se vinculam a economia e a geografia) — consideradas as bases geográficas e humanas, reveladas pela investigação e bibliografia locais, as suas diretrizes terão por meta fazer progredir a pecuária — eixo da nossa economia desde a Colônia, — a mineração, a agricultura industrial de plantas xerófilas e, sobretudo, a indústria de transformação, colocando a agricultura alimentar como elemento subsidiário desta estrutura. Eis, ao nosso ver, o roteiro adequado ao desenvolvimento econômico do Ceará nos anos porvindouros.

---

(229) — VERISSIMO, VARZEA, ACQUARONE — **Geografia Humana** — Livraria Francisco Alves — Rio de Janeiro — p. 221.

(230) — Em **A região semi-árida do Oeste** na RIC — Tomo XXIV — 1910 — p. 248.